

ADVERSO

Impresso Especial

9912271463/2011- DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...



ISSN 1980315-X



9 771980 315002

00196

**Acordo com
Governo
reestrutura
a carreira e
garante reajustes
salariais
até 2015**

A partir do desfecho positivo na mesa de negociação, com vitória parcial da pauta de reivindicações da categoria, assembleia de professores das IFES de Porto Alegre decide finalizar greve

Páginas 4 a 7





Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA

UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente - **Claudio Scherer**

2º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

1ª Secretária - **Maria da Graça Saraiva Marques**

2ª Secretária - **Marilda da Cruz Fernandes**

3º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**

1º Tesoureiro - **Daltro José Nunes**

2º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**

3ª Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br

www.adufrgs.org.br

ADVERSO

Publicação bimestral
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Alfredo Storck – Departamento de Filosofia/Ufrgs

Regina Helena van der Laan – Fabico/Ufrgs

Ricardo Schneiders da Silva – Fabico/Ufrgs

Paulo Machado Mors – Instituto de Física/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**

Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto, Marco Aurélio Weissheimer, Michelle Rolante e Patrícia Comunello**

Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**

Diagramação: **Eduardo Furasté e Kleris Rocha**

Produção e Edição



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

SUMÁRIO

04

REPORTAGEM

Greve dos professores termina após acordo
entre Proifes e Governo

por **Adriana Lampert**

PROGRESSÃO

Produção de docente deve
alavancar salário

por **Patrícia Comunello**

08

10

SINDICAL

Previdência complementar traz novos
desafios para servidores

por **Marco Aurélio Weissheimer**

LEGISLAÇÃO

Impasse trava regulamentação da
Convenção 151 da OIT

por **Ana Esteves**

12

14

ESPECIAL

Reitor da Ufrgs atribui reeleição a
avanços do primeiro mandato

por **Araldo Neto**

PING-PONG

Eduardo Rolim de Oliveira

"América Latina quer sistema público
que permita desenvolver a educação"

por **Marco Aurélio Weissheimer**

15

18

VIDA NO CAMPUS

Informática da Ufrgs desenvolve sala
cirúrgica para a Santa Casa

por **Michelle Rolante**

INFRAESTRUTURA

Prédios do Instituto de Artes da Ufrgs
estão obsoletos e superlotados

por **Araldo Neto**

20

22

POLÊMICA

Sistema acompanha projetos de pesquisa
e amplia regras para validar os estudos

por **Patrícia Comunello**

EM FOCO

Atividades culturais na UFCSPA humani-
zam processo de formação de alunos

por **Ana Esteves**

26

28

ARTIGO

Toda a razão para Fischer

por **Tomaz Tadeu e Sandra Corazza**,
professores da Faced/Ufrgs

JURÍDICO

29

O paradoxo da greve

Por mais de três décadas, o movimento docente se pautou por uma ação política fundamentada num modelo de organização de trabalhadores, os quais - submetidos a um processo direto de exploração - tinham, como única forma de impor sua visão política e o pensamento da categoria, o discurso do enfrentamento. Esta ação se dava nos marcos da luta de classe, na disputa entre o capital e o trabalho.

Foi a partir da conquista da democracia, da necessidade do seu aprofundamento e da discussão sobre o papel da educação pública neste novo cenário, que se desenvolve, e ganha corpo, uma nova forma de pensar o movimento sindical docente.

Com a fundação do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifesp), em outubro de 2004, o movimento docente cindiu-se em duas alas, com visões e perspectivas diferenciadas quanto às estratégias e ações políticas a serem desenvolvidas pelos professores. A abordagem sobre a temática docente passou a ser feita por dois discursos antagônicos: os que defendem a total releitura sobre a representação, substituindo velhos instrumentos pelos recursos ligados às tecnologias de informação, que amplia o espaço de interlocução com a maioria dando-lhe voz, e os que se entrincheiram nas formas tradicionais de representação e se recusam a aceitar as mudanças que ocorreram na sociedade. Persiste, entre esses últimos, o "assembleísmo militante", como forma privilegiada de decisão, onde a representação é construída por uma minoria que, por isso, tendem a perder espaços entre os docentes. Defendem a greve como um fim e não como instrumento da luta, a ser utilizado como recurso máximo de pressão para atingir um objetivo. Vulgarizou-se a greve tornando-a um jogo de um só jogador, onde as universidades passam a ser bônus a ser conquistados em uma demonstração pífia de "força".

A disputa política travada entre as duas visões tem trazido reflexos cruciais para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Decisões tomadas pelo Proifesp nos anos de 2007, 2011 e 2012, com a assinatura de acordos com o Governo, que garantiram importantes ganhos aos professores, expressam o nosso entendimento de que as conquistas se obtêm na luta contínua, articulando mobilização e negociação.

As ações do nosso Sindicato e da nossa Federação sempre se dão a partir da discussão com os professores e são decididas em espaços que permitam que a maioria possa se manifestar, sem hostilização e cerceamento à livre opinião, ou à opinião divergente.

Temos grandes tarefas pela frente. Aprimorar nossas formas de comunicação com os filiados e os não filiados, expandir o Sindicato discutindo com os novos professores a importância da organização sindical, aprimorar os espaços de discussão com a presença da Adufrgs-sindical nos diferentes campi da Ufrgs, da UFCSPA, e do IFRS Porto Alegre e Restinga.

O vitorioso movimento grevista que vivenciamos nesses últimos dias nos desafia a nos manter unidos e em prontidão. Nossa luta não se esgotou aqui. Logo, o Grupo de Trabalho definido no Termo de Acordo iniciará o tratamento das questões que ficaram pendentes neste processo.

A diretoria da Adufrgs-Sindical, entidade federada e fundadora do Proifesp-Federação acredita na modernização das relações com seus representados e aposta firmemente na democratização das instâncias de representação e nos fóruns deliberativos das entidades.

A construção da democracia é árdua, mas cabe àqueles que acreditam nela, insistir no seu aperfeiçoamento.

Diretoria Adufrgs-Sindical

Vitória importante em meio à conjuntura adversa

Agraciada com uma conquista parcial das reivindicações junto ao governo federal, categoria docente encerra greve do ensino superior em Porto Alegre

por Adriana Lampert



Com participação de 493 docentes, assembleia geral das IFES de Porto Alegre teve 266 votos a favor e 221 contra o fim da paralização

Não foi uma negociação fácil. Cheia de divergências por parte do governo federal – na forma de encaminhar as questões sobre a valorização do serviço público – exigiu por parte do movimento docente muita pressão e mobilização organizada para que fatores que vinham prejudicando a categoria fossem removidos da legislação e outros, demandados pelo setor, fossem aceitos e implementados a partir de janeiro de 2013. Mas chegou ao fim. Após uma série de reuniões, que se arrastaram por um ano inteiro, Proifes-Federação e Governo finalmente assinaram Termo de Acordo no dia 3 de agosto, onde várias reivindicações dos professores foram contempladas. Entre as principais conquistas da categoria estão a reestruturação das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), incluindo garantias de progressão horizontal, independentemente de titulação; o reajuste salarial em três parcelas, que serão pagas sempre em março, a partir do ano que vem, até 2015; e a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para deliberar sobre outras pendências da carreira docente, a exemplo da discussão sobre qualidade e expansão das universidades e institutos federais.

Mantendo os professores permanentemente informados sobre a evolução da negociação, Adufrgs-Sindical e Proifes-Federação foram protagonistas destes avanços. Os dirigentes das entidades admitem que a vitória não foi completa – e antes dela chegar, o impasse estabelecido com a demora do Governo em apresentar uma proposta culminou na greve das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de Porto Alegre, iniciada em 13 de julho, data em que, por coincidência, as entidades representativas dos professores que participavam da mesa de negociação foram convocadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para explanação da proposta do Governo, que chegava com 11 dias de atraso, à categoria.

Após esmiuçar o documento de intenções governamentais por cinco dias consecutivos, o Conselho Deliberativo do Proifes-Federação identificou itens inegociáveis, que fragilizavam a proposta e, no dia 19 de julho, sinalizou ao Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, 15 pontos que incluíam questões de ordem salarial, de carreira, e de autonomia e de expansão universitária, que precisavam ser

avançados para que a negociação melhorasse. O governo acautou esta demanda da entidade e foi dado o passo final para a conclusão do longo processo de negociação, encerrado com a assinatura do Termo de Acordo. O feito garantiu Projeto de Lei (PL) de Reformulação das Carreiras do MS e EBTT, que será enviado para o Congresso Nacional no dia 31 de agosto, para ser inserido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A conquista parcial do pleito apresentado pelo movimento docente traz mudanças históricas no conceito de carreira, além de garantir que os professores mantenham o poder aquisitivo nos próximos três anos.

Todos os docentes de MS e EBTT receberão pelo menos 25% de reajuste salarial até 2015, de forma que o aumento na remuneração cubra a inflação projetada neste período. Além disso, doutores, professores com Dedicação Exclusiva (DE) e professores no início de carreira – graduados, aperfeiçoados ou especialistas – terão ganhos reais de salário. “Os demais – principalmente os que estavam mais prejudicados pela proposta inicial do governo, que eram os mestres, associados 1 e D4 (nível único do EBTT) – terão garantida a reposição da inflação, o que irá preservar o poder de compra dos mesmos”, destaca o segundo vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Vieira, que, em março, passou a integrar o Conselho Deliberativo na mesa de negociação.

O presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira, explica como foi feito o cálculo para garantir que o poder aquisitivo dos professores não sucumbisse com a inflação (detalhe que havia sido deixado de lado pelo governo em sua proposta): “Usamos como referência o salário recebido pelos professores em julho de 2010 (o maior dos últimos 20 anos – por conta da assinatura dos acordos de 2007/2008), calculamos a taxa inflacionária medida pelo Dieese através do ICV (Índice do Custo de Vida) entre julho de 2010 até maio de 2012, e fizemos a projeção da inflação com base nas expectativas (5%) do mercado financeiro até 2014. Abatendo o reajuste de 4% recebido em março de 2012, as perdas seriam de 24,71% e a conclusão que chegamos é que ninguém poderia receber reajuste menor que 25% para que, em 2015, a remuneração dos professores fosse, ao menos, equivalente aos salários de julho de 2010.”

O governo aceitou integralmente a reivindicação deste reajuste mínimo e alterou o aporte adicional de recursos da proposta de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,2 bilhões em 2015 – sendo que 50% desta massa serão destinados em março de 2013, outros 30% em março de 2014 (completando 80%) e os 20% restantes serão utilizados em março 2015 (fechando 100%). Desta forma, os percentuais de reajuste em relação aos salários atuais ficarão entre 13% e 32% em 2013; variando de 19% a 36% em 2014 e de 25% a 44% em 2015.

“Com isso, nossa folha de pagamento (atualmente de R\$

13 bilhões) aumentará mais de 30%. Como a inflação projetada é 24,71%, estamos calculando que a massa salarial tenha um aumento real de mais de 6%, em plena crise e restrição orçamentária, com parte da categoria tendo a garantia da inflação e outra obtendo ganhos reais”, salienta Rolim. “Isso é um resultado muito importante para o período. Não é o que nós queríamos – que era que o piso e o teto da categoria fossem equiparados aos dos pesquisadores do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), recalculados conforme a inflação do período para janeiro de 2013 –, mas é um avanço nesta direção”, considera o segundo vice-presidente da Adufrgs.

O teto almejado (R\$ 17 mil para professor titular DE) foi alcançado, mas só será pago daqui a três anos. A conquista é significativa porque chega em tempos turbulentos, de futuro incerto devido à crise internacional e paralelo à deflagração de greves em diversos setores do serviço público no Brasil, cuja possibilidade de ter as demandas atendidas é pequena, segundo sinalizações do próprio Governo. Tanto é que antes da assinatura do acordo Sérgio Mendonça frisou que, concedidas as alterações nos 15 pontos marcados pelo Proifes, esta seria a proposta final. “Pode não ser perfeita, mas é a possível, dadas as restrições de várias ordens que temos. Não há mais espaço para negociar e nem para avançar neste momento”, disse o secretário, diante da posição da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) e do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica), que se negaram a assinar o termo.

Os dirigentes do Proifes-Federação e da Adufrgs-Sindical avaliam o resultado do diálogo com o Governo como uma vitória, mesmo que parcial. “Não consideramos o trabalho concluído, mas, com o compromisso de continuar a negociação dentro do GT, apostamos que acertos necessários serão feitos”, pontua a presidente da Adufrgs, Maria Luiza von Holleben. Ela afirma que a meta do sindicato agora será direcionar todos os esforços neste Grupo de Trabalho e atentar ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo a partir da assinatura do Termo com o Proifes. “Com o acordo, a categoria conta com a segurança de os professores estarem protegidos da inflação nos próximos três anos, com ganhos reais no período, e garantem a reformulação da carreira, com a criação de mecanismos de reconhecimento do desempenho do método acadêmico”, reforça Vieira. O conceito a que ele se refere está atrelado às garantias de progressão horizontal nas carreiras do MS e EBTT conquistada da mesa de negociação.

Progressão passará também pelo mérito e vai independentemente de titulação

Ao avaliar a proposta do Governo do dia 13 de julho, o Conselho Deliberativo do Proifes-Federação percebeu a inclusão

de uma série de obstáculos com relação à estrutura da carreira que dificultariam a progressão, principalmente dos professores de EBTT. Exemplo disso seria a exigência de título de doutor para professor do ensino básico ascender na carreira. Na primeira oferta do governo, os mestres também não poderiam ultrapassar a segunda classe da carreira (estruturada em cinco classes). “Isso era inaceitável, iria se criar um obstáculo antes inexistente. Partimos do pressuposto de que o que já havia sido conquistado não poderia ser perdido”, recorda Lúcio Vieira.

Também foram rejeitadas pelo Conselho as regras, criadas pelo Governo para a progressão, que interferiam na autonomia universitária, redefinindo, por exemplo, a quantidade de horas-aula para quem almejassem progredir. “Queriam aumentar (sem que houvesse uma discussão) para 12 horas o número mínimo, quando a própria LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) prevê que devem ser 8 horas. E para o EBTT era ainda pior, pois a proposta nem fixava o número mínimo de horas semanais, deixando para que fossem definidas posteriormente pelo MEC”, relata Vieira. “Nós dissemos: Não!”, conta Rolim, lembrando que as regras de progressão têm que ser definidas autonomamente pelas universidades. O Governo acabou retirando da proposta todas as normas unificadas de progressão e passou a decisão para o Grupo de Trabalho (GT) que irá discutir a reestruturação da carreira docente no prazo de 180 dias a contar da assinatura do acordo. Uma vez criada, a nova concepção de carreira passará a vigorar a partir de março de 2013.

Também as regras de instituição do futuro Certificado de Conhecimento Tecnológico (CCT) serão discutidas pelo GT, que, neste caso, tem prazo de 60 dias. O instrumento será implementado para possibilitar a progressão horizontal, valorizando a experiência dos profissionais a partir de sua produção de conhecimento prático ou tecnológico, de material didático ou projeto desenvolvido fora da universidade que tenham mérito. Com isso, a classe de titular poderá ser alcançada por reconhecimento de valor, internamente à carreira, sem que o professor seja obrigado a fazer concurso público. Neste caso, um professor graduado ou aperfeiçoado que obtiver CCT1, passa a receber Retribuição de Titulação (RT) de especialista (não ganha o título, mas a retribuição correspondente ao título), e assim por diante: especialista que tiver o CCT2 ganha RT de mestre; e aquele que tiver mestrado e CCT3 receberá RT de doutor. “Isso permitirá que o docente seja valorizado com melhores salários, principalmente no EBTT”, diz Rolim. “Faltava este reconhecimento da atividade dos professores desta carreira, que possui uma característica mais de ensino do que de pesquisa”, destaca Maria Luiza.

Vieira emenda que os professores doutores continuarão sendo muito privilegiados na carreira, não só do ponto de vista de vencimento, mas de mecanismos de progressão. Na car-



Maria Luiza: “Sindicato irá focar no GT de carreira”

reira do MS, por exemplo, até então para chegar a associado (penúltima classe) ou a titular (que era um cargo isolado, mas passa a integrar a carreira) era preciso título de doutor. “Com a mudança, um professor do MS associado 4, que seja doutor, pode alcançar (e sem limites de vagas) a classe de titular por mérito acadêmico, através de um processo de avaliação, com critérios de exigências próprios para que um professor da universidade seja titular. O mesmo acontecerá com professor da carreira de EBTT: sendo doutor e estando na classe D4 (última anterior ao titular), poderá alcançar a classe de professor titular. Ao mesmo tempo, foi mantido um cargo “externo”, tanto na carreira de MS quanto na de EBTT, denominado de titular-livre, com idêntica remuneração ao titular, mas com acesso por concurso público, que permitirá que docentes altamente qualificados possam desta forma ingressar na rede de universidades e institutos federais.

A presidente da Adufrgs-Sindical observa o avanço ocorrido em ambas as carreiras, no que se refere à diminuição do tempo necessário para alcançar o topo, uma vez que as duas classes iniciais – que antes eram de quatro níveis cada uma – passam a ser de dois níveis cada. No MS, por exemplo, o professor que entrar como Auxiliar 1 irá precisar de 19 anos para chegar ao topo da carreira. “O encurtamento do tempo de caminhada na carreira proporcionará ao docente a possibilidade de acessar mais cedo os níveis mais altos”, frisa Maria Luiza, destacando ainda que ao se aposentar pela nova norma da Previdência (caso daqueles que entraram na universidade a partir de janeiro de 2012) o professor poderá atingir um valor maior – visto que a atual regra determina que o cálculo da aposentadoria

seja feito pela média dos 80 melhores salários. Outro ganho foi manter as carreiras do EBTT e do MS integralmente isonômicas, do ponto de vista remuneratório e estrutural, como conquistado pela entidade em 2008, mas com desenvolvimento diferentes, respeitados os atuais perfis e especificidades existentes. Na opinião da dirigente, ficou faltando ainda estabelecer uma lógica tanto na grade salarial entre classes e níveis na questão vertical e, no que se refere à questão horizontal, Maria Luiza observa que ainda será preciso trabalhar sobre a coerência dos percentuais referentes à titulação e à carga horária. “Não existe uma lógica entre 20 e 40 horas e DE, como existia na carreira anterior”, exemplifica.

EBTT conquista direito de evolução para D2 e D3

A partir do momento em que o PL de Reformulação das Carreiras de MS e do EBTT for entregue ao Congresso Nacional, um decreto publicado pelo governo federal irá conceder a progressão dos professores que estão na atual carreira de EBTT retidos na classe D1, tendo a titulação de doutor ou mestre, ou de especialista, podendo ir para D2 se for especialista, ou D3 se for mestre ou doutor. Essa necessidade se fazia presente por conta da falta de uma regulamentação do artigo 120 da lei que criou o EBTT (11.784/2008) e era um pleito que se arrastava há quatro anos. Também as distorções ocorridas em 2006, quando da criação da classe de associado, serão corrigidas para os ativos neste PL – e debatidas no GT, no caso dos aposentados. O interstício será de 24 meses em ambas as carreiras. O Projeto de Lei a ser elaborado manterá o intervalo de 18 meses para as progressões em curso e serão estudadas no GT regras de transição para adequação da mudança de 18 para 24 meses, no caso do EBTT.

Antes da deflagração de greve alguns avanços já haviam ocorrido na mesa de negociação, em maio, como a retirada das mudanças na forma de cálculo dos adicionais de insalubridade e periculosidade da Medida Provisória (MP) 568/12. O texto original previa o congelamento da rubrica, antes calculada sobre o Vencimento Básico (VB), o que traria muitos prejuízos a uma parte importante dos professores, principalmente os que trabalham com saúde, química e tecnologia. A MP 568 em vigor garantiu reajuste dos docentes de 4% e a incorporação da Gratificação Específica do Magistério Superior (Gemas) e da Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEDBT) ao VB. Já o aumento que tiveram de insalubridade e periculosidade foi transformado em maio em VPNI. Caso a MP seja aprovada, de acordo com a forma proposta pelo relator, esses adicionais voltam ter seu valor original, proporcionais ao VB. “Isso era outra coisa que vinha se arrastando há dois anos. O governo queria mudar a regra de cálculo, chegou a colocar no PL, depois manteve na MP e foi uma tensão muito grande para convencê-los a mudar de ideia”, lembra Vieira.

Brevidade da greve

Assim como o Proifes, a Adufrgs-Sindical tem apostado no diálogo com o Governo. No entanto, o impasse na mesa de negociação levou a diretoria do sindicato, a exemplo da Federação, a sinalizar para a categoria a necessidade de greve. Antes disso, a entidade gaúcha ouviu sua base através de consulta eletrônica onde 80% de 1.138 votantes decidiu aguardar o prazo do dia 2 de julho prometido pelo MPOG. No entanto, nesta data o governo não apresentou proposta alguma. Por conta disso ocorreu nova consulta, onde a maioria aprovou o indicativo de greve, deflagrada após assembleia geral ocorrida no dia 10 de julho, onde ampla maioria (de 251 presentes) decidiu pela paralização, somando-se ao movimento que já ocorria em todo o Brasil.

Uma vez firmado o acordo, a Adufrgs avaliou os novos avanços ocorridos na negociação com a pauta de greve e, considerando os ganhos substanciais de cada item, orientou os docentes pelo fim do movimento paredista, convocando nova consulta eletrônica, realizada entre 27 de julho a 1º de agosto. Antes e durante a consulta, o sindicato promoveu 27 reuniões nas diversas unidades de todos campi das afiliadas para debater e explicar a proposta do governo apresentada no dia 24 de julho. A entidade defendia a assinatura do acordo, apesar da proposta não ser a ideal, tendo em vista que não havia mais tempo hábil para maiores avanços na negociação e seria prudente aceitar e continuar negociando as pendências no GT. Novamente 80% dos 1.367 professores que participaram da consulta eletrônica organizada pelo sindicato aprovou o acordo com o governo e a saída da greve. No dia 6 de agosto, após a consolidação do Termo de Acordo (dia 3), uma assembleia geral de docentes das IFES de Porto Alegre definiu saída da greve, com 266 votos a favor, 221 contra, dois nulos, quatro abstenções e nenhum voto em branco. Com participação de 493 docentes, foi a maior assembleia desde a greve de 1984.

O encontro contou com a presença de professores filiados e não filiados à Adufrgs-Sindical. “Estavam ali o presidente e o vice-presidente, além de outros membros da diretoria da Andes/Ufrgs, os quais apresentaram encaminhamentos, defenderam suas ideias, participaram da votação e acompanharam e aceitaram o resultado final, alcançado de forma democrática e transparente. Foi uma assembleia intensa, mas que se notou por um comportamento civilizado que respeitou o apelo (feito pela mesa, antes da divulgação) de que o resultado – fosse qual fosse – deveria ser acatado por todos”, recorda a presidente da Adufrgs. Ela avalia que o fim da greve refletiu o pensamento da maioria dos docentes, visto que aqueles que não participaram da assembleia tiveram a oportunidade de serem ouvidos através da consulta eletrônica que antecedeu a reunião. “Agora, conclamamos os professores para que nos mantenhamos alertas e unidos nesta nova etapa de trabalho”, conclui a dirigente. 🗣️

Produção de professor deve alavancar salário

por Patrícia Comunello

O que vale mais: ter doutorado ou comandar um projeto para formar profissionais em parceria com empresas? Se o quesito for carreira, tanto em universidades como nos institutos federais (IFs), o primeiro pode implicar em uma remuneração dobrada. O outro nada acrescentaria, pelo menos até o recente acordo entre Governo e docentes. E qual dos dois – titulação ou produção – são mais decisivos para o desempenho das instituições? Os dois. Para valorizar justamente as atividades de extensão e outras ações, que são muito comuns na área técnica, um Grupo de Trabalho (GT) formado pelo MEC, entidades da categoria e reitores dos IFs deve concluir até o final do ano o que deve ser a primeira proposta de como medir a produção e transformá-la em um indicador para elevar os salários.

O governo chamará o processo de Certificação de Conhecimento Tecnológico (CCT), que entrou na mesa de negociação da carreira, foi assegurada e só não deve se misturar ao padrão de evolução das duas categorias de docentes – de Ensino Superior (ES) e de Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT), com seus níveis e classes e cujo esforço nos últimos anos é de equiparação. “É preciso separar carreira de salário”, defende o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação (Conif), Denio Rebello Arantes. A ressalva serve principalmente para não esvaziar o peso que a obtenção de graduação de mestre e doutor tem para efeitos de progressão. “Mesmo no ensino técnico, onde há 10% a 15% de docentes com doutorado, enquanto no ES a taxa é de mais de 70%, também queremos elevar a escolaridade. O problema é que há muita gente na fila e vagas insuficientes”, pondera o presidente do Conif.

A futura certificação é vista como um mecanismo para reduzir a distância entre professores sem titulação ou com alguma especialização e que estão há anos nas instituições e não teriam como avançar e alcançar um patamar salarial mais atrativo. Desde que a regra da aposentadoria mudou no setor público federal (em 2004 foi sepultado o benefício integral), contará para efeito de cálculo do vencimento no fim de carreira a média dos 80 maiores contracheques da vida do docente. O segundo vice-presidente da Adufrgs-Sindical, pro-

fessor Lúcio Vieira, considera que o novo incentivo, que será calculado tendo como referência o nível ou piso da carreira, irá gerar atrativo tanto para novos professores como para quem já está nos quadros. O dirigente acredita que o sistema criará condições para fisgar candidatos mais qualificados às vagas e incentivar os atuais docentes a chegarem ao topo da carreira com produção intensa. “Como era até então, não havia motivação, já que a evolução está atrelada aos títulos. O principal parâmetro desta regra será a contribuição para a instituição e a sociedade”, afirma Vieira.



Denio Rebello Arante é presidente do Conif

Separar carreira, que segue a lógica da titulação, da contribuição gerada pela atividade do profissional é fundamental para que o mecanismo não ganhe uma face produtivista. Ao mesmo tempo, desvincular da carreira, como foi a reivindicação (atendida pelo governo) de entidades como Proifes e Adufrgs, impede que estes instrumentos virem moeda de negociação. “O estado deve usar a ferramenta como forma de qualificar o que se entrega à sociedade e de valorizar o servidor”, arremata o segundo vice-presidente da entidade



Cláudia Schiedeck Soares de Souza é reitora do IFRS

gaúcha. Lúcio Vieira defende ainda que haja um padrão nacional, mas que possa também haver um espaço para que cada instituição formule seus quesitos. “Será importante respeitar as peculiaridades”, justifica Vieira.

Professor aposentado da Ufrgs desde 1996 e que já dirigiu a Faculdade de Educação da Universidade, Balduino Andreolla resgata a importância de instituições mais conectadas com as demandas e anseios das comunidades. Por isso, ele opina que a inclusão de “qualquer tipo de meritocracia”, termo que passou a inspirar a plataforma de muitos governos estaduais para diferenciar e proporcionar alguma elevação nos vencimentos, pode aumentar o fosso entre quem faz mais e quem faz menos. “É preciso saber qual será o filtro. Na universidade, poderia ser a dedicação à pesquisa, terreno que está imerso em pressões de quantidade e não qualidade”, observa Andreolla. “Hoje há uma corrida para produção, e não se garante qualidade. Muitos pegam o mesmo artigo, colocam no liquidificador e mandam para outra publicação”, adverte o professor aposentado. “Vale a revista internacional. E se publico em uma revista local ou estadual, isso não tem valor?”, contrasta Andreolla. Mas o ex-diretor da Faced, que chegou a atuar por sete anos como professor colaborador após a aposentadoria sem receber nada mais por este trabalho, concorda que a atual regra previdenciária poderia gerar evasão da carreira.

Crítérios da certificação começam a ser definidos

A adoção de indicadores de produção entra agora em fase decisiva com a atuação do GT. É preciso definir os critérios

e como cada um pesará na composição dos valores. Além da composição de mesa de julgamento para determinar como será a avaliação em cada caso. O presidente do Conif reforça que o sistema tem potencial para quase dobrar algumas faixas de salários. O dirigente ligado aos gestores dos institutos destaca ainda que a futura certificação será uma aliada para combater o que virou um grande problema na hora de preencher vagas para docentes de áreas como engenharia. “Sem isso, seria cada vez mais difícil conseguir profissionais, já que a remuneração no mercado privado é bem mais competitiva”, justifica Arantes.

A criação do Grupo de Trabalho para estipular os critérios tem apoio do ministro da Educação, Aloizio Mercadante. A reitora do IFRS, Cláudia Schiedeck Soares de Souza, destaca justamente a carência de candidatos para preencher ofertas de concursos, atendendo a própria expansão da rede, e as barreiras para fixar professores em regiões mais distantes e fora dos grandes centros. Norte e Nordeste estariam entre as zonas de maior rotatividade e vacância de postos. Mas mesmo no Rio Grande do Sul, a situação se repete. Em Rio Grande, concurso para 126 vagas já foi lançado quatro vezes e não consegue dar conta das necessidades. O salário de ingresso de R\$ 2.872 espanta candidatos. A rotatividade hoje na carreira estaria entre 20% a 30% na média brasileira. No Estado, as saídas são menos frequentes, pois há ainda atratividade.

Com relação a preenchimento de vagas em unidades mais distantes, Cláudia adianta que a solução poderá ser o pagamento de uma gratificação de difícil acesso, muito comum em carreiras como a dos militares. “O desafio é fixar o docente nestes locais, o que vira uma barreira para a expansão do sistema”, relaciona a reitora. Além de formular os critérios, o GT ditará os pesos para definir o impacto no vencimento. Após concluído o modelo geral, uma proposta será enviada ao MEC.

No Rio Grande do Sul, existem 2 mil docentes ligados aos institutos. Cláudia cita que há infinidade de projetos e programas de produção com ações diretamente na sociedade e com as empresas. “O certificado ajudará a promover este tipo de produção e a valorizar a contribuição para a qualidade da formação”, acredita a reitora. Também há uma atividade mais intensa em sala de aula que terá de ser considerada. Ela cita que um professor com 20 a 25 anos de tempo de serviço recebe cerca de R\$ 5 mil (nível D5 da carreira) – neste caso com graduação ou uma especialização e ainda dedicação exclusiva. Enquanto isso, um colega com cinco anos de casa e doutorado tem remuneração de R\$ 11,8 mil. “Não se pode desconsiderar a titulação, mas era preciso propiciar a quem não tem e que está integrado em projetos, e gerando até patentes, a chance de receber por seu trabalho.”

Previdência complementar traz novos desafios para servidores e entidades representativas

por Marco Aurélio Weissheimer

O novo projeto de previdência complementar para os servidores públicos federais, aprovado em 2011, traz consigo uma série de interrogações que exigirão dos sindicatos da categoria e dos próprios servidores uma atenção muito especial. Uma das primeiras questões que deve ser definida é a quem se aplica este plano, analisa o assessor jurídico da Adufrgs-Sindical, Francis Bordas. A observação justifica-se pelo caráter facultativo do plano recente, que não é obrigatório. O novo servidor que decidir não ingressar nesse sistema irá se aposentar submetendo-se ao teto de benefício do INSS. Orientar essa escolha exigirá um estudo caso a caso, para saber o que é mais vantajoso, diz Bordas. Esta avaliação não é simples, uma vez que hoje, no caso das universidades públicas federais, há professores inscritos em diferentes regimes de previdência.

No final de 2003 houve uma mudança na Constituição, com anúncio de que seria implementado o regime da previdência complementar. Quem entrou antes, está em uma situação diferente de quem ingressou no serviço público depois desta data. “O que a previdência complementar fez foi colocar em prática um teto. Quem entrou depois desta mudança na Constituição já sabia que sua aposentadoria não seria integral, mas definida a partir de uma média de suas contribuições. Assim, quem contribuía com 11% sobre o salário bruto, sem teto, poderia ter uma média maior que o teto. O servidor que ganha R\$ 10 mil e paga R\$ 1.100,00, ficando nesta situação por 30 anos, tem uma média de cerca de R\$ 10 mil e será esse o valor de sua aposentadoria. Não vai ser uma aposentadoria integral, mas vai ser uma média acima do teto”, explica Bordas.

A mudança de 2012, destaca o advogado, é que se colocou em prática um artigo da Constituição que diz que quando for implementada a previdência complementar haverá um teto para os benefícios da aposentadoria dos servidores públicos. “Essa foi a grande novidade. Já não havia mais a aposentadoria integral, mas ainda não havia teto. Agora, tem”, resume. Esse novo cenário comporta diferentes situações. O professor mais antigo, que ingressou antes de 2003, por conta das regras de transição que foram sendo criadas, é um forte candidato a ter uma aposentadoria integral, equivalente a

seu último salário e com paridade. Para este docente não se justifica fazer a opção pela previdência complementar, pois “não há o que complementar”, diz Bordas.

Já o grupo que ingressou após 2003 é composto por professores que podem optar pela previdência complementar. “Eles sabem que não terão uma aposentadoria integral, equivalente ao seu último salário, mas também sabem que não irão ter um teto e que terão uma aposentadoria equivalente à média do salário usado para contribuição. No caso das universidades federais, em geral o professor entra como adjunto e vai subindo na carreira com uma curva salarial (e de contribuições) ascendente, da qual será feita uma média que resultará em valor provavelmente maior do que o teto. Não será um valor com paridade entre ativos e inativos e estará sujeito aos reajustes do INSS. Para as pessoas que estão neste grupo, a previdência complementar é opcional. E, dependendo da situação, até pode ser uma escolha interessante”, afirma o assessor jurídico da Adufrgs-Sindical.

Bordas exemplifica com um caso hipotético. “Vamos imaginar que eu recém comecei a trabalhar. Eu me formei e meu primeiro emprego é na universidade. Não tenho nada de tempo de contribuição anterior. Neste caso, o fundo de previdência complementar pode ser atraente. Como esse fundo é uma aplicação financeira, onde o resultado pode ser muito bom ou muito ruim, quanto mais dinheiro o servidor coloca no fundo, mais ele vai ganhar, pois vai resgatar mais dinheiro. Então, quem está em uma situação de contribuir muito pouco tempo com o fundo, vai ganhar pouco dinheiro. Assim, quanto mais próximo da aposentadoria o professor estiver, pode ser menos interessante entrar para a previdência complementar. É o caso de docentes que entraram na universidade em 2008, mas já tinham tempo de trabalho e de contribuição anterior, não faz muito sentido entrar na previdência complementar para ficar cinco ou seis anos.”

Em função desta diversidade de casos e situações, Bordas sugere que os sindicatos entrem em contato com os professores da área de Ciências Atuariais para ver, por exemplo, quando vale a pena ingressar no fundo de previdência complementar. “Essa é uma discussão técnica, não jurídica. E os sindicatos terão que fazê-la. Será preciso ter procedimentos

de simulação para ver o que é melhor em cada caso.” O advogado chama a atenção para outro aspecto relacionado a este novo regime. “O plano permite complementar a aposentadoria acima do teto da previdência (hoje em torno de R\$ 3.900,00), mas o servidor não completa isso sozinho. Essa é a grande diferença em relação à previdência complementar tradicional do mercado – onde só quem compra o plano de previdência é que paga. No caso desse novo regime para os servidores há uma paridade. Para cada real que o servidor coloca, o governo também coloca um real. Talvez seja mais barato para o servidor uma previdência complementar desse tipo do que pagar sozinho uma previdência privada em algum banco”, opina.

Se for bem administrado, de modo honesto, sem nenhum desvio, se os administradores do fundo não tiverem salários milionários, pode ser um bom negócio, acrescenta Bordas. Mas não é uma escolha livre de riscos. “Se daqui a pouco ocorre um novo estouro de uma bolha imobiliária nos Estados Unidos e os ativos financeiros do fundo são afetados, o servidor cai junto. Faz parte do jogo.” Hoje em dia, lembra o advogado, há fundos de previdência no Brasil que são donos de prédios de shopping centers. Está tudo ótimo, enquanto não houver inadimplência, mas sempre há uma margem de risco.

As regras da nova lei

Considerando as três classes de professores existentes, do ponto de vista do regime previdenciário ao qual estão vinculados, os mais antigos tendem a não entrar no sistema de previdência complementar, considera Bordas. Ele acredita que para o grupo intermediário, que ingressou entre 2004 e 2012, pode ser interessante aderir. Já no caso de quem ingressar no serviço público federal a partir da nova lei, e decidir não fazer a previdência complementar, receberá apenas o teto do INSS.

Isso porque de acordo com o texto da nova lei, publicado no Diário Oficial da União em maio deste ano, o valor máximo da aposentadoria dos novos servidores públicos federais será o teto do INSS, atualmente em R\$ 3,9 mil. Para ganhar acima deste teto, será necessário contribuir à parte. A lei cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp) e permite a criação de três fundos para os quais os trabalhadores podem contribuir: um para o Legislativo (Funpresp-Leg), um para o Executivo (Funpresp-Exe) e outro para o Judiciário (Funpresp-Jud). Servidores do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público da União

também poderão contribuir para o fundo.

O assessor jurídico da Adufrgs-Sindical chama atenção para a criação dos fundos diferenciados para cada um dos três poderes, lembrando que o Legislativo e o Judiciário têm uma média salarial muito maior que a do Executivo e um corpo funcional muito menor. “Quando a lei criou esses fundos, já instituiu também um aporte inicial de dinheiro para a sua instalação: R\$ 50 milhões para o fundo do Executivo, R\$ 25 milhões para o do Legislativo e R\$ 25 milhões para o do Judiciário. Há uma desproporção aí. Basta ver quantos servidores tem cada um desses poderes,” adverte.

Francis Bordas considera que a lógica que rege a criação do regime complementar é a de procurar nivelar todos os servidores no mesmo sistema previdenciário. “Esse fundo está aproximando o setor privado do público, está jogando todo mundo em um sistema de previdência com um teto igual para os dois setores. Quem entra no serviço público tem uma expectativa de ter uma certa previsibilidade e uma estabilidade. Ninguém consegue enriquecer honestamente no serviço público. Ele não é feito para isso. A expectativa de todos é ganhar honestamente e razoavelmente bem. Acho complicado colocar todo mundo na mesma situação, equiparando o trabalhador do setor público ao do setor privado. São realidades diferentes. A perspectiva de vida de quem entra no serviço público, ainda mais na área do ensino, onde quase

se todos têm dedicação exclusiva, é muito diferente.”

Por outro lado, assinala o advogado, o governo terá uma grande queda de arrecadação no curto prazo. “Hoje, o servidor paga 11% sobre a totalidade de seus ganhos. Com a nova lei, passará a pagar 11% sobre o teto. Portanto, a arrecadação para o plano de seguridade pública vai diminuir em um primeiro momento. O governo aposta na economia que fará em longo prazo.” Diante desse quadro, outro desafio colocado para os servidores públicos e suas entidades representativas é fiscalizar o funcionamento das fundações que administrarão esses fundos. “As mesmas devem ser bem controladas pelos próprios trabalhadores, que precisam disputar a sua gestão, ocupar esse espaço. Não adianta ficar no plano puramente da resistência dizendo que é contra o fundo. Ele está aí e os servidores precisam fiscalizar a aplicação do dinheiro. É preciso estar lá dentro para fazer isso. Apesar desse fundo de previdência complementar não ser o que se queria e de a aposentadoria integral ser considerada como o ideal, este novo plano é uma realidade”, conclui. 🗳



Impasse trava regulamentação da Convenção 151

Por **Ana Esteves**

Um impasse entre as centrais sindicais e os ministérios do Trabalho e do Planejamento está travando o processo de regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das esferas municipal, estadual e federal. Em 2010, a convenção foi ratificada pelo plenário do Senado, medida considerada como uma grande vitória social desde a aprovação da legalidade da organização sindical no serviço público, que só aconteceu com a Constituição de 1988. “No entanto, ainda falta a regulamentação, que só deve ocorrer após a superação do impasse”, afirma o presidente do Proifex-Federação e do Conselho de Representantes da Adufrgs-Sindical, Eduardo Rolim.

Entre as consequências práticas da Convenção 151 está o fato de que, nos mesmos moldes do que ocorre atualmente na iniciativa privada, governos (federal, estaduais e municipais) e entidades representativas do funcionalismo terão de sentar à mesa para tentar encontrar uma saída consensual antes do início de qualquer greve. Além do direito de paralisação, a ratificação também consolida o reconhecimento da mediação, da conciliação e da arbitragem como instrumentos válidos para a solução de conflitos trabalhistas.

O documento ainda não foi enviado ao Congresso para regulamentação porque o Ministério do Trabalho não havia sido incluído nos debates realizados pelo grupo de trabalho que de 2007 a 2010 discutiu detalhes da Convenção. “Foi essa ausência do Ministério do Trabalho que gerou todo o problema. Agora, o processo está parado e ainda não tem previsão de ser retomado. Estamos buscando uma forma de chegar a um acordo”, afirma Rolim.


O dirigente relembra que a Convenção não é novidade e que foi criada no início dos anos de 1970. No entanto, não tinha valor legal até ser ratificada em 2010. “Esse tema foi discutido exaustivamente durante o fórum nacional sobre reforma sindical pela sua relevância, através do nosso grupo de trabalho”, explica. Rolim recorda que uma das grandes vitórias dos trabalhadores foi o direito a se sindicalizar, logrado em 1988 com a nova Constituição Federal. “No entanto, faltou regulamentar leis relativas à negociação coletiva para os servidores públicos e ao direito de greve”, diz o dirigente. O Brasil tem prazo até o final deste ano para regulamentar a

Convenção 151, fator que deve pressionar por uma resolução do impasse.

No que diz respeito à ratificação por parte do Senado, trata-se de uma medida que por si só fortalece os sindicatos, federações e confederações com o direito à liberdade de expressão, de representar e ser representado, de participar, organizar atos que busquem a ampliação dos direitos e melhorias nas condições laborais. “Mas acima de tudo, a Convenção 151 faz com que os gestores públicos passem a respeitar as entidades como órgãos que representam a classe trabalhadora”, avalia Rolim. É um lastro importante para que os profissionais possam estabelecer um sistema de negociação permanente entre governo e servidores.

Desde julho de 2007, quando a CUT criou um grupo de trabalho denominado Coordenação do Serviço Público, as organizações representativas dos servidores têm debatido entre si e com o governo, especialmente com o Ministério do Planejamento, a elaboração de um escopo jurídico para ordenar um sistema permanente de negociação no serviço público.

No dia 14 de fevereiro de 2008, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, encaminhou ambas as matérias para apreciação do Congresso Nacional solicitando sua ratificação e incorporação ao ordenamento jurídico do País. No dia 07 de abril de 2010, o Congresso Nacional publicou, no Diário Oficial da União, o Decreto Legislativo 206, que promulgou os textos da Convenção 151, que estabelece garantias às organizações de trabalhadores da Administração Pública, parâmetros para a fixação e negociação das condições de trabalho, para a solução de conflitos e para o exercício dos direitos civis e políticos.

O texto foi ratificado com duas ressalvas: a primeira estende a expressão “pessoas empregadas pelas autoridades públicas”, constante na Convenção 151, aos diversos níveis de governo e às várias relações de trabalho. Isto é, vale tanto para servidores públicos federais, regidos pela Lei 8.112/90 ou pela CLT, quanto para os servidores dos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação específica de cada um. Na outra ressalva, estabelece que as organizações de trabalhadores abrangidas pela Convenção são apenas aquelas organizações “constituídas nos termos do artigo 8º da Constituição Federal”. 



A convenção 151 assegura aos trabalhadores da função pública:

- Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho;
- Independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas;
- Proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações de trabalhadores da função pública;
- Concessão de facilidades aos representantes das organizações reconhecidas dos trabalhadores da função pública, com permissão para cumprir suas atividades, sejam durante suas horas de trabalho ou fora delas.
- Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores da função pública;
- Garantias dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical.



Leia o texto inicial da Convenção 151 da OIT:

Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho: Convocada para Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, onde reuniu, em 7 de Junho de 1978, na sua 64.^a sessão;

Considerando as disposições da Convenção Relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, 1948, da Convenção Relativa ao Direito de Organização e Negociação Coletiva, 1949, e da Convenção e da Recomendação Relativas aos Representantes dos Trabalhadores, 1971;

Recordando que a Convenção Relativa ao Direito de Organização e Negociação Coletiva, 1949, não abrange determinadas categorias de trabalhadores da função pública e que a Convenção e a Recomendação Relativas aos Representantes dos Trabalhadores, 1971, se aplicam aos representantes dos trabalhadores na empresa; condições de trabalho na função pública, questão que constitui o quinto ponto da ordem do dia da sessão;

Considerando a expansão considerável das atividades da função pública em muitos países e a necessidade de relações de trabalho sãs entre as autoridades públicas e as organizações de trabalhadores da função pública;

Verificando a grande diversidade dos sistemas políticos, sociais e econômicos dos Estados Membros, assim como a das respectivas práticas (por exemplo, no que se refere às funções respectivas das autoridades centrais e locais, às das autoridades federais, dos Estados Federais e das províncias, bem como às das empresas que são propriedade pública e dos diversos tipos de organismos públicos autônomos ou semi-autônomos, ou ainda no que respeita à natureza das relações de trabalho);

Considerando os problemas específicos levantados pela delimitação da esfera de aplicação de um instrumento internacional e pela adoção de definições para efeitos deste instrumento, em virtude das diferenças existentes em numerosos países entre o trabalho no setor público e no setor privado, assim como as dificuldades de interpretação que surgiram a propósito da aplicação aos funcionários públicos das pertinentes disposições da Convenção Relativa ao Direito de Organização e Negociação Coletiva, 1949, e as observações através das quais os órgãos de controle da OIT chamaram repetidas vezes a atenção para o fato de certos Governos aplicarem essas disposições de modo a excluir grandes grupos de trabalhadores da função pública da esfera de aplicação daquela Convenção;

Após ter decidido adotar diversas propostas relativas à liberdade sindical e aos processos de fixação das condições de trabalho na função pública, questão que constitui o quinto ponto da ordem do dia da sessão;

Após ter decidido que essas propostas tomariam a forma de uma convenção internacional:

Adota, no dia 27 de Junho de 1978, a seguinte, que será denominada a Relativa às Relações de Trabalho na Função Pública, 1978.

Reitor da Ufrgs atribui reeleição a avanços do primeiro mandato

por Araldo Neto



A Ufrgs será comandada pelo reitor Carlos Alexandre Netto por mais quatro anos. Em consulta à comunidade acadêmica, no último dia 14 de junho, o candidato à reeleição obteve 66% de preferência no cálculo de ponderação final, que leva em conta o peso diferenciado dos votos entre professores, funcionários e alunos. A chapa liderada por Netto e o professor Rui Oppermann foi vitoriosa nos três segmentos. Entre os docentes, obteve 1.360 votos de um total de 2.050 votantes efetivos. Entre os técnicos-administrativos, conquistou 780 votos de um universo de 1.693 votantes que compareceram às urnas. No grupo de estudantes, foram 2.806 votos de um total de 5.529 votantes.

Para Netto, o motivo da reeleição foram os avanços acadêmicos conquistados em seu primeiro mandato. "A Ufrgs está mais qualificada, cada vez mais internacional, sendo referência para outras universidades brasileiras. Além disso, foram feitos avanços importantes em questões de infraestrutura e atendimento à comunidade universitária como um todo."

A escolha aconteceu em 50 seções eleitorais da Universidade. O presidente da Comissão de Consulta das eleições para reitor da Ufrgs, Celso Loureiro Chaves, avalia que o processo não teve maiores incidentes. "As únicas ocorrências mais agudas durante a campanha foram os acontecimentos que envolveram o debate entre as chapas no Campus do Vale, impedindo a sua continuidade. No dia da consulta, houve uma breve falta de energia no Campus Central, imediatamente antes da abertura das urnas. Nem um e nem outro incidente afetaram significativamente o andamento da campanha e da consulta propriamente dita."

Um dos pontos polêmicos que acompanhou o processo eleitoral foi o peso do voto da comunidade acadêmica. Pelo estatuto, atualmente, o voto dos professores vale mais (70%) do que os dos servidores (15%) e dos estudantes (15%). Antes das eleições, o DCE da Universidade reivindicava paridade entre as categorias, alegando que várias instituições de ensino superior já adotaram isto, como a UNB, a UFF e a UFSC. Mesmo com os protestos, o Conselho Universitário da Ufr-

gs decidiu manter as regras para eleição de reitor, alegando que a mudança seria inviável legalmente. O resultado foi que apenas 16,99% dos alunos foram às urnas. Dos mais de 33 mil estudantes, somente 5.529 votaram.

O coordenador geral do DCE da Ufrgs, Caio Doisa, afirma que a baixa adesão dos alunos na consulta para reitor foi um grande voto de protesto. "Se houvesse método mais democrático, tudo seria mais questionado dentro da Universidade." O reitor da Ufrgs lembra que em muitas universidades, a partir de acordos entre as instâncias representativas dos três segmentos que compõem a comunidade acadêmica, é possível fazer uma consulta utilizando-se de outras ponderações. "Nós tentamos fazer isso aqui e não houve acordo", ressalta.

A partir dos resultados obtidos nas urnas é elaborada a lista tríplice pelo Conselho Universitário, para ser enviada ao MEC. Depois disso, a presidente Dilma Rousseff deve nomear o novo reitor. O término do mandato atual é 22 de setembro. No dia seguinte, Netto assume o segundo mandato da Instituição. Ele anuncia que 170 novos professores podem ser contratados em 2012 através do Reuni. Nos últimos quatro anos, a Ufrgs contratou mais de 500 docentes. A Reitoria projeta ações políticas que beneficiem os recém-contratados, como editais da pró-reitoria de pós-graduação de visitas de curta duração para o exterior e edital de apoio à pesquisa pela pró-reitoria de pesquisa. "Os professores recém-chegados merecem atenção especial para que, o mais rápido possível, possam se estabelecer academicamente e adquirir condições de buscar recursos nos editais externos."

O gestor reeleito garante que manterá políticas de suporte aos docentes, como o plano de saúde. Quanto ao desenho da carreira, ele afirma que apoia todas as negociações através do Andifes, junto ao MEC e ao Ministério do Planejamento. O reitor lembra que R\$ 30 milhões serão investidos em obras de infraestrutura até setembro. Para os próximos quatro anos, Netto projeta construir a biblioteca do Campus do Vale, "um prédio moderno de aproximadamente 10 andares". A expansão do Reuni, que compreende o prédio anexo da Faculdade de Medicina e todo o novo Instituto Ciências Básicas da Saúde, será concluída. O reitor garante ainda que vai terminar o Hospital Odontológico. Outra grande obra prevista é a instalação física do Parque Científico e Tecnológico no Campus do Vale. "O investimento projetado para o novo mandato é ainda maior em termos de obras e reformas", anuncia.

Eduardo Rolim de Oliveira

“A América Latina quer um sistema público que permita o desenvolvimento da educação”

A regional latino-americana da Internacional da Educação realizou, em maio, o primeiro conselho de presidentes de sindicatos da região na cidade de Granada, na Nicarágua. O professor Eduardo Rolim de Oliveira, presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes-Federação), participou do encontro, que discutiu o estabelecimento de uma interação mais efetiva entre os sindicatos da América Latina e também procurou traçar um panorama da educação superior na região. Em entrevista à revista Adverso, Rolim fala sobre o evento e suas principais iniciativas, chamando atenção para assuntos que se destacaram, como o lançamento de um movimento pedagógico latino-americano – que pretende ser uma grande articulação continental para discutir bases pedagógicas para uma educação libertadora e avançada em todos os países da região – e a proposta de construção de um diagnóstico sobre a situação do ensino superior na América Latina. O Proifes-Federação e a Conadu, da Argentina, estão trabalhando em parceria na formulação de um grande mapeamento do ensino superior nos países latino-americanos, com dados sobre salários, planos de carreira, a vida sindical e escolar em cada um dos países. “Essa foi, aliás, uma das demandas que os conselhos regionais trouxeram para nós do conselho de presidentes”, revela o dirigente.

por Marco Aurélio Weissheimer



Adverso: Qual o escopo representativo da Internacional da Educação?

Eduardo Rolim: A Internacional da Educação é uma federação mundial de sindicatos que representa mais de 30 milhões de docentes e trabalhadores e trabalhadoras em educação em 166 países, por meio de 348 organizações sindicais afiliadas. Ela reúne sindicatos da educação básica, média, profissional e superior no mundo inteiro. A entidade divide-se em regionais. Nós estamos inseridos na regional da América Latina, que inclui todos os países da América do Sul de fala portuguesa ou espanhola, todos os países da América Central e muitos do Caribe. Essa reunião que ocorreu na Nicarágua, entre os dias 7 e 9 de maio, foi o primeiro conselho de presidentes de sindicatos da regional da América Latina.

No Brasil, há três entidades que participam da Internacional da Educação: o Proifex-Federação, a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), que representa os docentes do ensino médio público, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), que representa os professores do ensino privado. Eu representei o Proifex, o professor Roberto Leão representou a CNTE, onde é presidente, e a professora Cristina Castro representou a Contee, entidade da qual é secretária-geral.

Adverso: Qual a atual agenda da Internacional da Educação e qual foi a pauta central deste encontro realizado na Nicarágua?

Rolim: Neste encontro, discutimos o estabelecimento de uma interação mais efetiva entre os sindicatos da América Latina e também debatemos o panorama da educação na região, que é muito diverso. O fato de podermos reunir grandes sindicatos de países com realidades bem diferentes reforça a luta sindical em cada um deles.

Há países que podemos dizer que têm uma realidade parecida com a nossa, do ponto de vista da organização da educação. A Argentina é a nação mais parecida com o Brasil na região: tem uma educação superior basicamente pública, uma educação básica forte e entidades sindicais nacionais fortes. Já o Chile tem uma realidade parecida do ponto de vista da existência de uma educação superior desenvolvida, só que, ao contrário do Brasil e da Argentina, o sistema é totalmente privado, pago. No Brasil, cerca de um terço das matrículas na educação superior são pagas, na Argentina 100% são públicas e no Chile 100% são pagas. Ainda que as universidades possam pertencer ao Estado, como a Universidade de Chile, elas são pagas.

Ao mesmo tempo, existem realidades completamente diferentes destas, onde o ensino superior tem um peso social muito pequeno, como é o caso de países como Nicarágua, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Paraguai e Peru, entre outros. Esses países ainda estão numa discussão sobre a necessidade de universalização da educação básica. Em El Salvador e na Guatemala ainda se discute o acesso das populações indígenas à vida social. Estamos falando, repito, de realidades muito diferentes, mas em todos esses países há uma preocupação comum de construir organizações sindicais capazes de representar os professores e, mais do que isso, poder inserir-se na discussão sobre a construção de um sistema público forte que possa permitir o desenvolvimento da educação.

Outro ponto importante da agenda de debates atual da Internacional da Educação é o lançamento de um movimento pedagógico latino-americano, que pretende ser uma grande articulação continental para discutir bases pedagógicas para uma educação libertadora e avançada em todos os países da região. É interessante assinalar que, para a maioria desses países, o grande ídolo e referência da educação é Paulo

Freire. A construção desse movimento pedagógico é um dos pontos chave da discussão e das atividades da Internacional da Educação atualmente.

No dia 19 de setembro de 2013, será realizado, em Recife, um grande encontro do movimento pedagógico latino-americano, organizado pela CNTE. Já este ano, esta entidade promoverá um grande encontro preparatório, também em Recife. Além disso, em setembro deste ano, será realizada em Buenos Aires a primeira conferência mundial de educação superior da Internacional da Educação na América Latina, acontecimento do qual nós participaremos. Na Argentina, há um sindicato muito parecido com o Proifex, a Federação Nacional de Docentes Universitários da Argentina (Conadu), que está organizando esta conferência. Estamos discutindo com eles como nós, enquanto sindicatos da educação superior, podemos nos inserir dentro desse grande debate da educação. Se não fizermos isso, nossos sindicatos correm o risco de ficar diluídos diante dos grandes sindicatos da área.

Adverso: A Nicarágua passou por uma revolução recente. Os sandinistas, protagonistas dessa revolução, começaram a implementar grandes mudanças no país, foram derrotados nas urnas e voltaram ao poder pelo voto. Neste processo todo, ocorreram avanços na área da educação?

Rolim: A Nicarágua é um país muito pobre, apresenta uma pobreza endêmica, algo que nós não experimentamos. Nós conhecemos uma pobreza muito grande, mas também uma riqueza muito grande. Lá não tem isso. O país é muito pobre. Há ricos, obviamente, mas mesmo estes não possuem uma estrutura tão luxuosa como temos no Brasil. O salário mínimo na Nicarágua, por exemplo, foi elevado durante o governo atual de Daniel Ortega e hoje está em uma faixa que vai de US\$ 140,00 a US\$ 180,00. Os professores conseguiram uma grande con-

quista, que foi o estabelecimento de um piso salarial de US\$ 250,00. Eles acharam um avanço importante. Mas há muitos problemas. As pessoas dificilmente conseguem comprar casas, que são muito caras. O governo tem investido maciçamente em conjuntos habitacionais para professores, por exemplo. O que ocorre hoje é que os jovens docentes começam a trabalhar, mas continuam morando com os pais e as mães porque não têm dinheiro para comprar a própria casa. É uma realidade muito diferente daquela que conhecemos. Aquele país teve avanços nos últimos anos, mas ainda apresenta muitos problemas.

Adverso: É possível identificar uma tendência hoje na América Latina sobre os rumos da educação superior? Qual o setor que está desenvolvendo mais: o público ou o privado?

Rolim: Há experiências muito diversas. No Chile, por exemplo, a privatização do setor está claramente identificada. O país optou por um modelo de ensino privado muito forte. A maior parte dos países da América Latina tem educação privada, mas a pública ainda é a educação de massa. Sabe-se que a força econômica de cada país é proporcional à sua capacidade de oferecer uma educação pública para a população. Ocorrem situações como a de El Salvador, onde se discute hoje se o Estado deve financiar educação para todos. O governo atual está tentando universalizar a educação básica. Eles enxergam o Brasil como um modelo a ser seguido, principalmente nas questões da universalização do ensino básico, da instituição de um piso para os professores e da proposta de destinar 10% do PIB para a educação. É muito difícil para esses países avançar nesta direção pela escassa capacidade de financiamento do Estado.

Nós temos a intenção de começar a trabalhar com diagnósticos mais efetivos sobre a realidade da educação

superior na região. O Proifes e a Conadu, da Argentina, estão trabalhando na construção de um grande diagnóstico do ensino superior na América Latina, com dados sobre salários, planos de carreira, a vida sindical e escolar em cada um dos países. Essa foi, aliás, uma das demandas que os conselhos regionais trouxeram para nós do conselho de presidentes. O grande problema de fazer um diagnóstico comum é a definição de parâmetros, considerando as diferentes realidades de cada país. Por exemplo: o Brasil tem um piso que é de R\$ 1.460,00 (cerca de US\$ 700,00), enquanto que a Nicarágua tem um salário mínimo de US\$ 250,00. Mas o que significam US\$ 700,00 no Brasil e US\$ 250,00 na Nicarágua? Então é preciso buscar critérios que permitam fazer uma leitura minimamente uniforme da realidade da região.

Creio que o ponto mais importante é que há, realmente, uma tentativa de ampliar a integração desses países na área da educação, em uma perspectiva semelhante àquela que vem sendo implementada pelos governos da região na busca de uma democracia maior.

Adverso: Dá para dizer que o Brasil é hoje, no contexto da América Latina, o país que tem a educação pública mais forte na área do ensino superior?

Rolim: Acho que estamos muito longe disso. A Argentina tem uma educação superior que é 100% pública. Mas é muito difícil fazer comparações aqui, repito, em função da diferente dimensão econômica dos países. O Brasil, economicamente, é muito superior aos demais países da América Latina. Se formos observar o conjunto das universidades federais brasileiras, é óbvio que o nosso conjunto é muito superior aos demais. O Brasil tem um sistema de educação muito maior, o que é normal, por ser o país com maior capacidade econômica. Os países menores têm, quase todos, apenas uma universidade de cada um. Então, fazer comparações

nesta área é muito complicado. Se pegarmos o Uruguai, que tem um sistema público de educação básica muito grande, podemos dizer que, proporcionalmente, o país tem um sistema de educação superior ao nosso. Agora, eles olham para o Brasil como um modelo a ser seguido, sem dúvida alguma.

Adverso: Qual sua avaliação sobre a experiência da Universidade Federal da Integração Latinoamericana (Unila)? A instituição conseguiu avançar na direção de uma maior integração na área do ensino superior?

Rolim: A Unila foi uma universidade criada pelo governo brasileiro na expansão do Reuni com o objetivo de buscar uma maior integração entre os países da América do Sul, em especial do Mercosul. Mas essa iniciativa não foi acompanhada institucionalmente pelos demais países, e o Brasil acabou bancando sozinho a criação dessa universidade, mantendo o espírito da integração. Tanto assim, que o vice-reitor é uruguaio, a universidade tem programas de pós-graduação multilíngüísticos e os cursos trabalham com as duas línguas (português e espanhol).

Uma outra experiência muito importante criada pelo Brasil é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), sediada em Redenção, perto de Fortaleza. Esta instituição tem como objetivo integrar o Brasil com Portugal e com os países africanos da comunidade de língua portuguesa. A implementação de universidades temáticas é muito nova no País e se constitui em experiências que vêm tentando criar novas formas de inserir a universidade dentro de um projeto de integração regional. Enquanto isso, procuramos ampliar a colaboração intersindical no continente, como uma forma de fortalecer nossos sindicatos, dentro de uma visão latino-americana de integração e de desenvolvimento social, político, econômico e cultural. ☺

Sala cirúrgica com multimídia avançada beneficia pacientes do SUS

Estrutura desenvolvida pelo Instituto de Informática da Ufrgs em parceria com o Complexo Santa Casa tem tecnologia 100% nacional

por Michelle Rolante

Divulgação/Instituto de Informática/Ufrgs

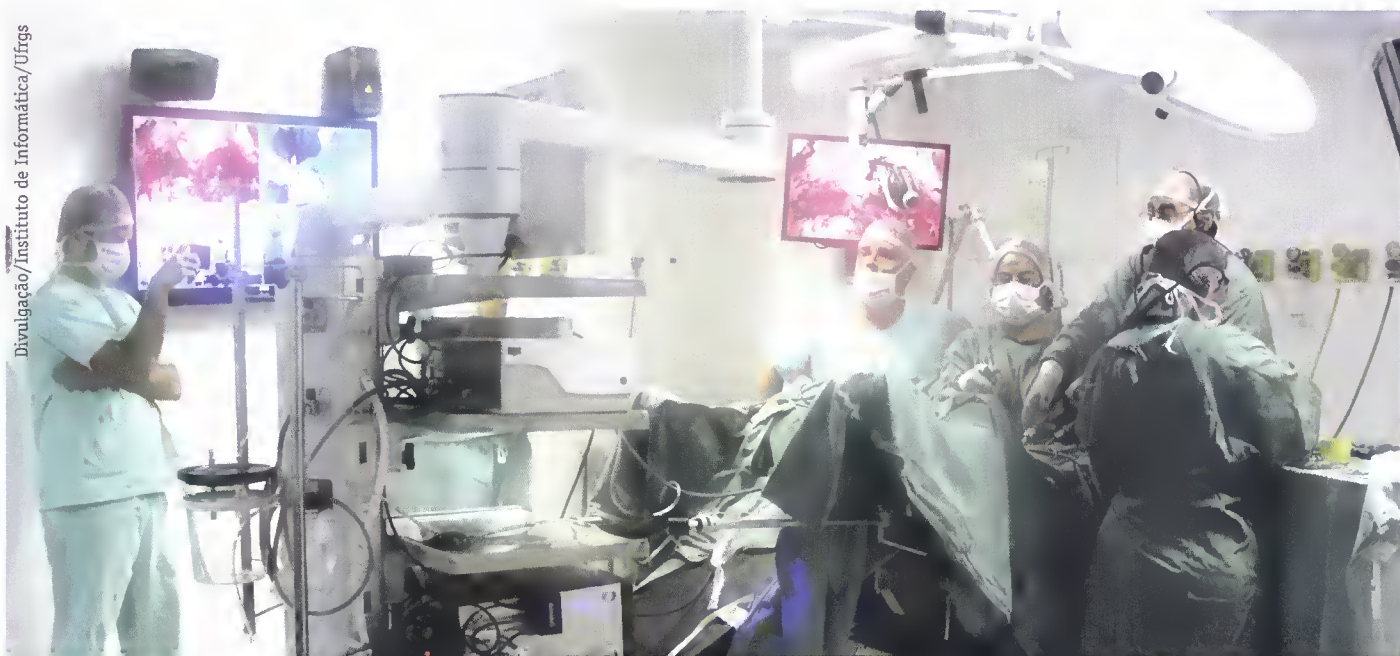


Imagem da primeira cirurgia realizada na Sala Inteligente, em funcionamento no Hospital Santa Clara da Santa Casa da Capital

Desenvolvida pelo laboratório de Projetos de Áudio e Vídeo (Prav) do Instituto de Informática da Ufrgs em parceria com a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, a Sala Cirúrgica Multimídia Avançada possibilita o uso de técnicas minimamente invasivas e permite que cirurgias sejam acompanhadas por especialistas de qualquer local, através de celulares 3G e tablets, por exemplo, com acesso à internet.

Contando com tecnologia 100% nacional, a sala foi instalada no Hospital Santa Clara, localizado dentro do Complexo da Santa Casa, onde cerca de 70% dos pacientes atendidos são do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto foi financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) através da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com participação da empresa Inove Acess, incubada no Centro de Empreendimentos de Informática (CEI) da Ufrgs.

O custo para desenvolver a estrutura foi de aproximadamente R\$ 500 mil, menos da metade do valor de uma sala importada. O coordenador do Prav, professor Valter Roesler, destaca a importância desta inovação tecnológica desenvol-

vida na Universidade, em vista de que gera mais empregos e impostos para o País. Além da tecnologia ser brasileira, o software foi desenvolvido integralmente no Instituto de Informática, em solo gaúcho. Outra sala similar será implementada no Hospital Parque Belém. "Já estamos fazendo a licitação para instalar essa segunda estrutura", revela Roesler.

Um dos diferenciais do projeto, é que um médico pode orientar a equipe que atua em uma cirurgia através de imagens que visualiza em uma sala remota. No ambiente do processo cirúrgico há três câmeras instaladas: uma do videolaparoscópio, uma focada no abdômen do paciente, e uma geral do ambiente – para o preceptor remoto, que pode ser um professor que esteja orientando a cirurgia ou alunos assistindo o procedimento.

De acordo com o coordenador do Prav, a técnica de videocirurgia permite ainda que o indivíduo tenha uma recuperação mais rápida. "Não é necessário fazer uma grande incisão no paciente, basta um pequeno corte, então a pessoa não precisa ficar muito tempo no hospital. Ou seja, é tudo

mais rápido, mais eficiente e com menos risco de infecção”, destaca Roesler.

Com equipamentos pendentes no ar, a sala cirúrgica multimídia avançada tem a vantagem de não ter fiação espalhada no chão e, consequentemente, facilita o trabalho dos médicos, não havendo possibilidade de alguém tropeçar ou dos carrinhos com instrumentos passarem por cima de fios, correndo o risco de quebrar algum equipamento e o mesmo não funcionar na hora da cirurgia. “Com tudo aéreo, também facilita a limpeza e a esterilização da sala. Os médicos podem trabalhar com mais conforto e acompanhar todos os detalhes da cirurgia pelos monitores diminuindo a necessidade de movimentação dentro da sala cirúrgica”, diz Roesler. As imagens do vídeo são de alta definição e é possível visualizar um dos quatro quadros que aparecem no monitor, por exemplo, no modo tela cheia.

A tecnologia supera o método tradicional utilizado pelos médicos para analisar radiografias e tomografias através de lâminas de acetato colocadas no negatoscópio, que gera um problema (enorme) de descarte, afetando o meio ambiente. É um lixo difícil de descartar e o material é caro, explica o coordenador do Prav. Com a possibilidade de digitalizar os exames, o médico pode buscá-los na rede e analisá-los pelo monitor sem nenhum custo. “Existem estudos que mostram que pela televisão os profissionais veem melhor as imagens do que pela lâmina, pois é possível dar zoom nas imagens e ter acesso a mais detalhes”, afirma Roesler.

Ele conta que a ideia surgiu em 2010, após uma conversa com o professor de Cirurgia da Faculdade de Medicina da Ufrgs, Marcos Dias Ferreira. “Ele explicou que a sala robotizada era diferente de uma sala cirúrgica inteligente e passou uma ideia geral de como era a estrutura. Verifiquei que tínhamos experiência no Prav para fazê-la, pois trabalhamos com transmissão de vídeo desde 1998, além de vários projetos de sucesso realizados nessa área”, destaca Roesler. O coordena-

dor lembra que fez um esboço do que seria a Sala Cirúrgica Avançada em uma folha de caderno e foi assim que começou o projeto.

Para o professor em Cirurgia da Ufrgs, o principal beneficiado é para o paciente, pois o tempo de espera diminui. Quem está em uma sala cirúrgica avançada é operado com a tecnologia da videocirurgia, sofrendo menos invasão, e passando menor tempo de recuperação no hospital. Outra vantagem é poder documentar os procedimentos que são realizados dentro de um ambiente cirúrgico, tanto interno como externo. Ou seja, é possível verificar o posicionamento do paciente na mesa de operação e da equipe em torno dele. Dessa forma, o médico-professor poderá orientar à distância seus residentes, fazer um exame de qualidade e verificar detalhes que só seriam possíveis se ele estivesse presente executando o procedimento.

Para os alunos, a vantagem é que terão o preceptor próximo, mesmo que virtualmente, através de uma conexão 3G ou wireless estabelecida durante o ato cirúrgico. Assim, independente de onde o professor estiver fisicamente ele estará próximo dos estudantes para orientá-los, seja através de um computador, tablet ou smartphone. “Esse é um grande ganho no aprendizado”, opina Ferreira. Com o sistema de videodocumentação que a sala cirúrgica avançada permite, é possível estimar se o tempo cirúrgico de um determinado médico em treinamento está próximo ou distante do tempo de um cirurgião experiente. “Então, esse aprimoramento técnico de um cirurgião em treinamento pode ser adequadamente medido através dessa documentação, o que é um benefício enorme”, salienta Ferreira. O hospital também ganha com a utilização da videocirurgia, porque aumenta a rotatividade dos leitos e gera menos complicações, avalia o professor.

Poder multiplicar o sistema de educação também é um ganho ao docente. Com uma inovação tecnológica como essa, se pode orientar mais alunos ao mesmo tempo pela sala remota. Outra questão importante sobre essa inovação é o ganho de divisas que acontecerá na medida em que esses sistemas barateiam os tradicionais, ressalta Ferreira. “O produto e o serviço que desenvolvemos podem vir a ser apreciados por outras entidades e, talvez, futuramente se tornem objeto de desejo até de outros países”, afirma.

Segundo o diretor do Instituto de Informática, Luís Lamb, esta sala cirúrgica melhora a prestação do serviço e a qualidade do atendimento médico prestado à população. A estrutura foi desenvolvida com um custo menor para o contribuinte, o que favorece diretamente todos que pagam impostos, ou seja, é uma sala eminentemente voltada para ensino e aplicação prática no SUS, pontua Lamb. “Por isso, nós estamos dispostos a continuar cooperando com o setor médico, com os hospitais e o poder público, para permanecer levando esse conhecimento diferenciado que temos na área de tecnologias da informação aplicada à saúde.”



Michelle Rolante

Professor Valter Roesler deu início ao projeto, há dois anos

À beira do Colapso

Prédios do Instituto de Artes sofrem com superlotação, escassez de espaço e falta de manutenção e melhorias nas estruturas

por Araldo Neto



Ao entrar no prédio do Instituto de Artes (IA) da Ufrgs, localizado na rua Senhor dos Passos, no Centro de Porto Alegre, o visitante logo se depara com a escultura de Apolo, cheia de pó e teia de aranha. O abandono retratado nessa obra é o mesmo que é observado em boa parte da infraestrutura para os cursos de Artes Visuais, História da Arte, Música e Teatro. A situação crítica dos espaços vem mobilizando os estudantes. Eles reivindicam junto à Reitoria melhores condições para suas práticas acadêmicas.

A situação mais caótica é observada no Departamento de Artes Dramáticas (DAD). Os mais de 200 alunos do curso de Teatro estão sem a Sala Alziro Azevedo desde o dia 23 de maio, quando o espaço foi interditado por risco de incêndio. Nesse dia, aconteceu um curto-circuito no local. Foi o estopim de um problema que já se arrastava há anos, segundo os estudantes. O presidente do Centro Acadêmico Dionísio, Luís Fabiano de Oliveira, revela que as instalações elétricas do espaço não eram reformadas desde 1969. Com a interdição da Sala Alziro Azevedo, os alunos e professores de Teatro da Ufrgs tiveram que procurar outros espaços fora da Universidade para apresentar seus trabalhos de estágio. Após todo o transtorno no espaço, enfim, a reforma elétrica foi iniciada. "Em agosto, quando começarem as aulas, a Sala Alziro Azevedo, estará pronta para uso", garante o reitor da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto.

A situação poderia ser diferente, caso a Sala Qorpo San-

to, no Campus Central da Universidade, fosse alternativa de palco aos estudantes. Porém, o espaço também encontra-se interditado há três anos. A reforma já foi aprovada pelo CT Infra, com verba disponível de mais de R\$ 300 mil. O projeto esbarra na paralisação burocrática determinada por órgãos internos da Universidade. "Toda intervenção em um prédio dessa natureza tem de ser muito bem pensada. É uma obra muito mais elaborada, pois tem que levar em conta os critérios que o Patrimônio Histórico nacional exige", argumenta o reitor. A previsão é que o início das obras na Sala Qorpo Santo aconteça em março de 2013.

Protestos em frente à Sala Alziro Azevedo

Além da interdição dos teatros, o DAD sofre com problemas de infraestrutura e de equipamentos. A professora Patrícia Fagundes aponta dificuldade de espaço físico para as aulas, assim como a falta de salas com isolamento acústico e com instalação elétrica adequada. Ela cita ainda uma "precariedade significativa" em elementos cênicos, como por exemplo, cadeiras de madeira. De acordo com Patrícia, esses problemas são recorrentes desde a época em que ela era estudante do DAD, há 20 anos. "É preciso uma intervenção importante em termos de infraestrutura e de equipamentos, para que o curso de Artes Dramáticas se equipare ao padrão da própria Universidade", afirma a professora.

No prédio do Instituto de Artes, os problemas também

existem. O local abriga os cursos de Artes Visuais, História da Arte e Música, além das pós-graduações e extensões. O centenário edifício de oito andares está esgotado, comportando, atualmente, mais de mil alunos. Há três décadas, a comunidade acadêmica reivindica um novo prédio para o Instituto de Artes. Em 2007, a Reitoria definiu que o IA passaria para o prédio do ICBS, antiga Faculdade de Medicina, localizado em frente ao viaduto da avenida João Pessoa. Atualmente, o local abriga o curso de Biomedicina. A promessa é que o espaço será desocupado e restaurado, mas apenas depois que um novo prédio ficar pronto no Campus da Saúde, para onde irá a Biomedicina. A previsão é que a mudança ocorra em cinco anos, período muito longo para um prédio já defasado.

A Coordenadora do Centro Acadêmico Tasso Corrêa, Marina Jerusalinsky, informa que no início deste ano o edifício foi interditado por três vezes. Segundo ela, uma chuva forte acabou alagando todo o andar térreo. “Em decorrência desse alagamento, pifou parte da rede elétrica. Daí, foi necessário interditar para consertar”, conta. Outro problema são os murais que concentram obras de arte. Quando chove, acaba molhando os trabalhos artísticos. “É um absurdo”, define.

Também a biblioteca do prédio do IA está superlotada e não pode abrigar novos livros. O estudante de História da Arte, Rafael Machado Costa, que também coordena o Centro Acadêmico Tasso Corrêa, revela que uma das três turmas do curso está utilizando salas do DAD, devido ao esgotamento da capacidade física do Instituto de Artes. “Ano que vem, vai entrar uma quarta turma. Simplesmente não tem onde colocar essa nova turma”, adverte. Mais problemas ocorrem no curso de Música. Um deles é a falta de isolamento acústico nas salas de aula. O estudante Alexandre di Paoli diz que há situações onde é impossível ocorrerem aulas paralelas, devido a esse fator. “Ou tem aula de percepção musical ou aula de piano na sala ao lado. As duas coisas acontecendo ao mesmo tempo não dá. Os alunos da outra sala escutam como se estivesse em frente ao piano”, exemplifica.

Durante visita do reitor ao Instituto de Artes, por conta de sua campanha à reeleição, os estudantes de todos os cursos do IA entregaram a ele uma lista de solicitações para melhorar o ambiente acadêmico. Entre as demandas, os alunos defendem que os cursos de artes estejam integrados em um mesmo prédio. “Quanto mais interação entre os cursos, mais enriquecedor será para os alunos”, argumenta Marina Jerusalinsky.

Nos últimos anos, o prédio do IA recebeu novos elevadores, reforma das fachadas e troca das esquadrias de algumas janelas, todas melhorias emergenciais. Carlos Alexandre Netto informa que foram investidos R\$ 1,2 milhão em obras de restauração no Instituto de Artes durante os últimos quatro anos. Segundo ele, as demandas do IA chegaram concretamente no início de 2012. “As solicitações estão sendo atendidas, conforme a lista de prioridades. Já estamos cumprindo a quarta ou quinta demanda. A lista engloba cerca de dez

ações. E tem que reformar em uso, portanto tudo tem que ser bastante planejado”, explica. Dentre as obras que estão previstas nessa lista de demandas estão o isolamento acústico de todas as salas do DAD, que ficam de frente para a avenida Salgado Filho e rua General Vitorino; a implementação de laboratório cênico, com pintura, estrutura de suporte para refletores e reparo do forro; e a climatização dos estúdios do DAD, para viabilização de aulas de práticas corporais. 🗣️



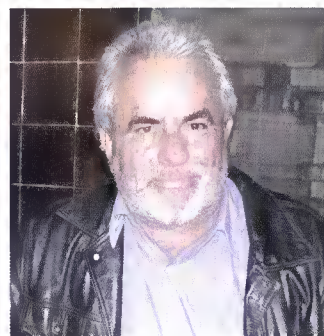
Patrícia Fagundes, professora do DAD

“Não ter a Sala Alziro Azevedo e a Qorpo Santo é surreal. Tu não tens teatro em uma universidade que faz teatro. Toda a prática e a teoria estão envolvidas ao uso desses espaços. É uma situação absurda.”

Luís Fabiano de Oliveira, presidente do Centro Acadêmico Dionísio

“O que nos incomoda é a falta de valorização das Artes. São feitas solicitações e não é dada atenção a elas. Considero que haja um descaso por parte da Reitoria com todo o Instituto de Artes. É como se

a Arte fosse relegada a um quarto ou quinto plano, ou desconsiderada como curso. Infelizmente, com essas condições estruturais que a Universidade proporciona, prejudica a vida acadêmica dos estudantes, que poderia ser muito mais rica, se houvesse condições ideais.”



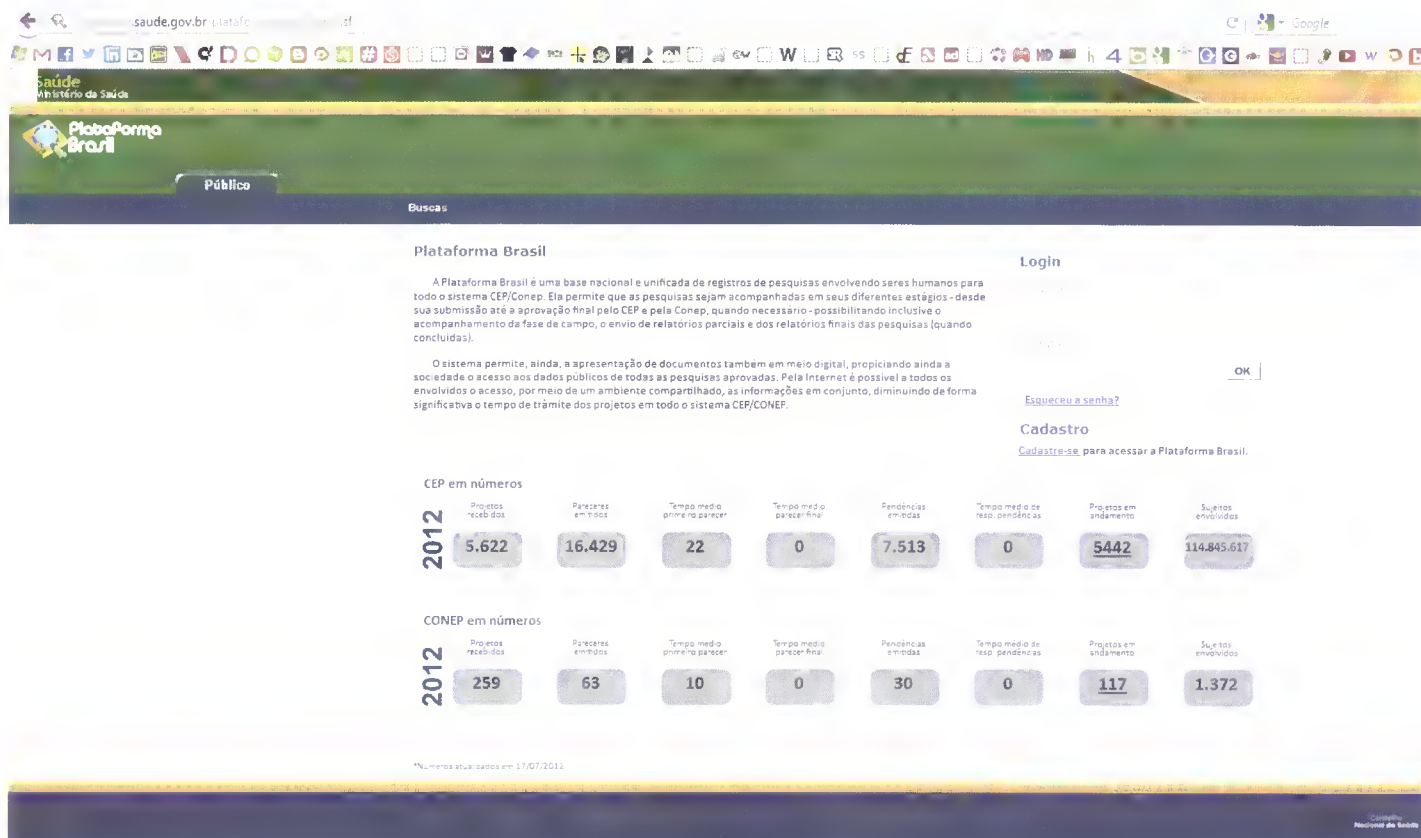
João Pedro Gil, professor e chefe do DAD

“Com a interdição da Sala Alziro Azevedo no final deste semestre, por problemas no sistema de iluminação, não é somente o fechamento de mais um espaço cultural, mas a impossibilidade de formar,

em um curso superior, atores, atrizes, diretores e professores de teatro que têm, no espaço cênico, a derradeira ferramenta para a conclusão de seus trabalhos.”

“Reality show” da pesquisa nacional está no ar

por Patrícia Comunello



Quem fazia cara feia à prestação de contas aos comitês ou às comissões de ética em pesquisa está tendo de mudar o humor na marra. Sorria, a Plataforma Brasil está de olho no registro e acompanhamento de projetos e pretende ser um autêntico reality show do setor, além de ampliar as regras para validar os estudos. Pesquisadores já vinham tendo de se ajustar ao maior rigor desde a aprovação da resolução 196, de 1996. Hoje, nenhuma inclusão de resultados de pesquisa é aceita em publicações científicas tanto do País (com mais rigor nas consideradas de primeira linha) como no exterior, sem o crivo dos comitês. No ar desde janeiro deste ano, a base de dados já somou mais de 6 mil projetos aprovados e 24 mil estavam na fila para exame até metade de julho. O balanço dá a dimensão do que significam os experimentos com seres humanos no Brasil: mais de 114 milhões de pessoas são atingidas pelas iniciativas.

O Rio Grande do Sul é o terceiro com maior número de proposições (com 2.861 projetos), no ranking liderado por São Paulo (com 10.813). O governo destaca que a plataforma, um site alimentado pelos pesquisadores e instituições participantes – ou coparticipantes –, serve para dar transpa-

rência aos trabalhos. Mas, entre coordenadores dos Comitês de Ética em Pesquisa (Ceps) da Ufrgs e da UFCSPA, o temor é que eventuais restrições de outros integrantes dos experimentos possam travar os estudos. “Pelos regras, outras instituições, como hospitais, podem aceitar ou não a proposta. Se tiver uma vírgula que eles não concordem, podem recusar, gerando prejuízo irreparável”, exemplifica o coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), professor José Geraldo Taborda. Segundo ele, no sistema anterior, que sofreu mudança recentemente, ocorriam modificações enquanto a comissão avaliava uma pesquisa.

“O Conep (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa) terá de buscar uma terceira via, garantindo a opinião dos coparticipantes. A plataforma ajuda no controle, e tudo que é novo precisa de ajustes”, aposta o representante do comitê da UFCSPA. A inclusão dos projetos analisados pelo Cep da Universidade deve ser efetivada em agosto, devido a adaptações do sistema da Instituição. Taborda insere a criação da plataforma como ampliação do acesso a informações, que tem sido tônica desde a metade dos anos 2000. O coordenador do

comitê da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), José Artur Bogo Chies, avalia que o monitoramento almejado pelo site nacional ajuda a centralizar o volume de pesquisas e restringe a possibilidade de os autores não atenderem às exigências legais. A própria plataforma direciona o projeto a outras instituições envolvidas na investigação.

O modelo brasileiro veio na carona de profundas mudanças na conduta da comunidade científica internacional. Os excessos e “saías justas” éticas se avolumaram principalmen-



O coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da UFCSPA, José Taborda, teme por restrições que travem os estudos

te no período da Segunda Guerra, com as atrocidades nazistas, e foram seguidos por outras nações, de americanos e japoneses a europeus. A primeira linhagem de células humanas foi sequenciada a partir das de uma mulher americana chamada Hila, na década de 1940. Por coincidência, o nome da cobaia inspirou o mapa genético e, décadas depois, familiares investigaram o caso e flagraram o tropeço ético. Nos anos de 1960, um pesquisador se preocupou em enumerar dezenas de estudos, listados em revistas de renome nos Estados Unidos, e montou um retrato vergonhoso do que cientistas eram capazes de cometer em nome da descoberta de avanços. O documento gerou as primeiras regras para limitar a liberdade de pesquisa. “Até aquele momento, o conhecimento científico vigorava acima da liberdade individual”, aponta Taborda. “Hila era uma mulher pobre e negra, que residia no interior do país. As células dela estão vivas até hoje e sendo usadas por centenas de laboratórios, sem nunca ninguém ter autorizado”, detalha Chies.

Na pesquisa envolvendo pessoas – que pode abranger desde a área da saúde até ciências sociais, como Antropologia –, um dos quesitos mais visados é o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. “Todo indivíduo precisa saber dos riscos, do destino das informações e a quem deve recorrer. É uma das coisas mais importantes, pois mostra que a pessoa está ciente e está participando por livre e espontânea vontade”, reforça o coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Ufrgs. O professor da área de genética, que atua nas análises, desde o começo da operação do

Cep, ressalta que mesmo o aval do indivíduo não suprime a responsabilidade do pesquisador. “Ele responderá por qualquer dano que possa ser gerado, caso a pessoa se acidente no trajeto da casa para o laboratório”, adverte. E mais: a prevenção em ter o consentimento não beneficia apenas o autor do estudo. “Qualquer situação que pode levar a problemas jurídicos e for aceita como pesquisa também será de responsabilidade do comitê.” Para Chies, o maior regramento aumentou, é claro, o trabalho de quem fará pesquisa, mas as contingências fazem parte da evolução sobre a apropriação de informações a partir de seres humanos e animais, que têm outras comissões de monitoramento. “A vantagem é que não ocorrerão mais abusos, mas, por outro lado, o pesquisador está em posição mais delicada sobre até onde pode ir.”

A comissão da Ufrgs recebe cerca de 150 novos pedidos de validação de estudos por mês. Chies lamenta que ainda haja muito questionamento sobre as regras, apesar de a legislação existir há quase 20 anos. Outro dado lamentável é que ainda há um número razoável de autores de estudos em



José Chies: “O aval do indivíduo não suprime a responsabilidade do pesquisador”

fase final de resultados, quando não estão concluídos à espera de publicação, que encaminham pedidos de validação ao Cep. O coordenador é singelo na resposta: “Legalmente, não podemos avaliar e temos de devolver. Muitos ficam furiosos.”

As resistências se repetem na UFCSPA. Para o coordenador do comitê, o grupo que faz a validação opera com sentido educativo. “Houve resistência. Éramos os chatos, mas agora a maioria dos pesquisadores se adaptou. É assim em todo o lugar. Se não está adequado, devolvemos uma, duas ou três vezes, até ser aceito. O termo tem de ser em linguagem simples e acessível”, pontua Taborda. A devolução de estudos em andamento e que aportam na sala do comitê, no sexto andar do novo prédio da UFCSPA, no Centro de Porto Alegre, é também frequente. “Simplesmente devolvemos”, resume Taborda. Hoje a validação dos comitês e comissões passou a ser exigida como um dos quesitos para publicação de artigos em periódicos nacionais. No exterior, revistas já adotavam esta condição.

Conep destaca ações com plataforma

O coordenador-adjunto do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), José Araújo Lima Filho, manifestou-se em nota para a reportagem da Adverso e destacou que a unificação dos dados na Plataforma Brasil permite que “as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios”. Segundo Lima, a operação possibilita o controle desde a fase de campo até o envio de relatórios parciais e finais. Para o pesquisador, a facilidade está ainda em poder remeter documentos por meio digital. “A sociedade passou a ter acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas”, ressaltou o coordenador-adjunto. Como todos os envolvidos estão em uma mesma base, o Conep aposta em redução do tempo de tramitação. Até agora, desde a estreia, em janeiro, foram registrados 57 mil usuários e 24 mil projetos para análise – outros 6,5 mil já foram aprovados, enquanto 4.627 esperam distribuição para os Ceps.

Lima afasta qualquer restrição ou dificuldade às validações dos projetos que possa ter sido gerada pelo novo sistema. “A meta é agilizar e tornar mais dinâmica a aprovação, já que todo o processo é digitalizado e leva em média 30 dias para ser validado”, garante o coordenador-adjunto nacional. “Os Ceps passaram a ter um acompanhamento mais metódico, além de desempenhar um papel consultivo e educativo, assegurando um monitoramento de todas as atividades e propiciando uma maior qualificação do processo de avaliação ética das pesquisas que envolvem os seres humanos”, complementa.

Entenda a lei para pesquisa com seres humanos:

- **Regras:** prevista na Resolução 196, de 1996, lançada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Toda pesquisa com seres humanos precisa da validação dos Comitês de Ética em Pesquisa (Ceps), submetida ao Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).
- **Prazos:** em média 60 dias para avaliação e deliberação. Tudo dependerá dos ajustes a serem exigidos na construção da aplicação da pesquisa. O termo de consentimento é peça decisiva.
- **Plataforma Brasil:** além de tramitar no Cep, projeto deve ser inscrito no site do CNS.
- **Penalidade:** a mais importante é a proibição de circular em periódicos de primeira linha, tanto no Brasil como no Exterior.

Placar do “reality show” da pesquisa nacional: Estados que mais apresentaram projetos na Plataforma Brasil:

Estado	Número
São Paulo	10.813
Paraná	3.036
Rio Grande do Sul	2861
Minas Gerais	2.234

Fluxo de projetos nas Comissões de Ética em Pesquisa (CEPs) em 2012:

Projetos recebidos	5.499
Pareceres emitidos	16.275
Tempo médio para o primeiro parecer	21 dias
Projetos em andamento	5.395
Sujeitos envolvidos	114.837.210

Fonte: Conep/Conselho Nacional de Saúde



Membros de oito faculdades integram Ceua da Ufrgs

Uso de animais gera polêmica

Em maio deste ano, uma polêmica envolvendo o uso de cães eclodiu no Centro do Rio Grande do Sul. Pesquisa, que tinha autorização da Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), acabou sendo alvo de fortes críticas de movimentos de defesa dos animais, após flagrante mostrando que as cobaias estavam em gaiolas, com sinais de abandono, esqueléticas e sem higiene. As cenas, gravadas em vídeo e que ganharam visibilidade nacional, revoltaram militantes de ONGs, alunos, servidores e até professores da Instituição. O caso foi parar na mesa do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. O comando do organismo deve vir ao Rio Grande do

Sul para vistoriar e apurar diretamente as circunstâncias do episódio.

A visita, que não terá exatamente um tom de cortesia, deve ser aproveitada pela comunidade científica gaúcha para mostrar que o caso é exceção, mas que é preciso mais estrutura para fiscalizar os procedimentos em todos os estágios do uso das cobaias. A ocorrência, além de risco à confiabilidade dos experimentos sob o ponto de vista das normas éticas, afinal, deixou uma lição: mais do que nunca, rigor, observância à legislação e minimização de danos passam a ter relevância. “O aspecto dos cães era terrível”, comentou um experiente pesquisador. O estudo de um pós-graduando testou o desempenho de próteses humanas e de uma placa específica para a anatomia de cães. O presidente da Ceua da Ufrgs, o professor da Faculdade de Medicina Veterinária, Flávio Antônio Pacheco de Araújo, cita que o projeto do estudante estava bem estruturado, com execução correta. O problema – e este é o alerta – é que houve descuido com os animais após o término dos testes.

No Estado, a intenção é fazer do pior exemplo o ponto de partida para reforçar a importância das comissões e do cumprimento do ritual previsto na Lei 11.794, de 2008, além de pautar medidas que assegurem maior fiscalização durante a realização das pesquisas. A meta é levar o apelo às reitorias das universidades e à comissão nacional. O foco, ressalta o presidente da comissão da Ufrgs, é o reforço das equipes de profissionais para monitorar os biotérios, instalações onde são mantidas as cobaias. Na Ufrgs, o número é insuficiente há muito tempo. São apenas quatro veterinários para inspecionar os locais, situados em diversas unidades. A Faculdade de Farmácia já foi multada pelo Conselho Regional de Vete-



rinária por não atender a requisitos mínimos de inspeção.

“Estudo preliminar apontou que seriam necessários pelo menos mais quatro profissionais. O controle durante a realização dos estudos é tão importante quanto o aval da comis-

são ao projeto”, associa Araújo. A resposta que veio da Pró-reitoria de Pesquisa (Propesq) da Universidade é de que, no máximo, será ampliado para mais um veterinário. “É muito pouco”, reage o professor. Para o Estado, a intenção é conseguir que a Fapergs (instituição que atua com pesquisa) lance edital com recursos para investir em infraestrutura das Ceuas e para os biotérios. O presidente da Comissão de Ética no Uso de Animais da Ufrgs cita que, mesmo com pouco tempo de aplicação, a legislação vem adequando e pondo limites a abusos. Os atos que mais vinham ganhando restrição envolviam, por exemplo, experimentos na área cosmética. “Muitos usavam e abusavam das cobaias. Até hoje há exageros, mas as comissões não permitem mais”, garante o professor. O ritmo de trabalho da comissão é intenso. Integram a estrutura de decisão membros das faculdades de Odontologia, Medicina, Veterinária e Farmácia, Instituto de Psicologia, de Biociências, de Ciências Básicas da Saúde e de Ciência e Tecnologia dos Alimentos.

Em vigor desde o fim de 2009, a norma, que exigiu organização e um roteiro de procedimentos (incluindo formulário padrão para facilitar a vida dos autores de projetos), precisou ser rapidamente absorvida para não gerar represamento de estudos. Os integrantes fazem encontros semanais na Reitoria da Ufrgs, onde empreendem calorosos debates. “O tempo de tramitação hoje é de até três meses entre o ingresso e a avaliação. Se não houver solução para itens que ferem a lei, a proposta é arquivada”, explica o dirigente. Araújo cita que recentemente a comissão nacional adotou o Formulário Unificado para Solicitação do Uso de Animais em Pesquisa. “Vamos ficar com o nosso, que é mais completo e dá maior grau de certeza sobre o que está aprovado.”

Um dos itens que tem sido alvo do exame – e o presidente da Ceua garante que com muito rigor – é o número de animais usados. A comissão avalia a metodologia e o tamanho da amostra. “Precisam ser compatíveis. Além disso, o grau de severidade no uso é fundamental, o que envolve a percepção de dor para a cobaia. Há padrões internacionais a serem seguidos. Tudo tem de ser especificado”, alerta o professor. “Os animais sentem. Nossa missão é impedir que sofram, ou que isso seja o mínimo possível.” Além de examinar os projetos de pesquisa, a Comissão de Ética no Uso de Animais também monitora os protocolos das aulas práticas. O fluxo de pedidos de validação pela comissão é liderado pelo Instituto de Ciências Básicas da Saúde, com 209 dos 483 projetos registrados até 21 de junho de 2012, seguido por 73 da Veterinária, e 43 da Farmácia. Do volume total, 73% foram aprovados, 12% aparecem como arquivados (quando não preenche requisitos exigidos e envolve, por exemplo, pesquisa em andamento que não poder ser avaliada pela comissão), 6% estavam em análise e outros 6% haviam sido encaminhados. Já 3% estavam em diligência. 🐾

Ciência e arte para qualquer parte

Atividades culturais na UFCSPA humanizam processo de formação dos estudantes

por Ana Esteves



Exposição Xingu-Brasil foi uma das mostras mais badaladas dentro da Universidade Federal de Ciências da Saúde de POA

Reflexões sobre a arte e a ciência sempre estiveram em voga nas falas de artistas e cientistas consagrados. Albert Einstein costumava dizer que a coisa mais bela que podemos experimentar é o mistério. Essa é a fonte de toda a arte e ciências verdadeiras. Já o pai do cubismo, Georges Braque, defendia que a arte é feita para perturbar; a ciência tranquiliza. Pois a união de ambas manifestações da sabedoria humana se tornou realidade a partir do projeto cultural desenvolvido pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), que há dois anos realiza uma extensa agenda de atividades culturais, inseridas em um espaço já

consagrado pelo conhecimento científico. São espetáculos de música, exposições de arte, encontros literários, mostras de cinema, todos realizados na Instituição e abertos à toda comunidade. "São eventos semestrais, cuja ideia de realização surgiu pela proposta da Universidade de humanizar o processo de formação dos futuros profissionais da saúde", explica o pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Luis Henrique Telles da Rosa.

Para os eventos musicais, a UFCSPA conta com um auditório com 600 lugares, com acústica impecável que permite a realização de espetáculos dos mais variados gêneros. Desde

2010, foram promovidos inúmeros shows, com apresentações do Clube do Choro de Porto Alegre, Orquestra Gaúcha de Viola Caipira, Quinteto de Sopros da Ospa, Orquestra Jovem de Porto Alegre, Trio Arns Antiqua, Beatles em Concerto, Dimitri Cervo, Fernando Mattos, Luciano Leães and the Big Chiefs, Dudu Sperb, Orquestra da Unisinos, Luizinho Santos e seu quarteto, Pata de Elefante e Bluegrass Porto-Alegrense. “São grupos locais e de todo o Estado, que tocam os mais variados gêneros musicais”, destaca Rosa. A proposta é incentivar também a participação de alunos e funcionários da Universidade que integrem bandas ou corais. “Temos o coral da UFCSPA, que fez sua primeira apresentação recentemente, reunindo alunos, funcionários e professores”, conta o pró-reitor. O sucesso foi tanto, que a intenção agora é de ampliar o número de integrantes a partir da abertura de mais vagas.

O projeto cultural conta ainda com uma série de exposições cinematográficas, sempre acompanhadas de debates relativos aos mais diversos temas. Um deles é o Cinepsiquiatria, um curso de extensão promovido pela disciplina de Psiquiatria que se utiliza do cinema como instrumento para a discussão de temas desta área da saúde. A programação compreende encontros mensais, seguidos da exibição de um filme e posterior discussão coordenada por um docente da disciplina de Psiquiatria com participação de um convidado especial. Entre os temas já abordados estão Transtorno do pensamento, seguido do filme *Cisne Negro*; Desenvolvimento humano, com o filme *Onde Vivem os Monstros*; Transtorno de ansiedade, embasado na exibição de *Um Conto Chinês*; e Transtorno alimentar, com o filme *Maus Hábitos*. “O Cine Saúde também tem obtido grande sucesso de público e registrado debates bem acalorados. A ideia está relacionada ainda à questão multidisciplinar, objetivando formar profissionais críticos, reflexivos e envolvidos nos debates de assuntos relevantes da contemporaneidade”, justifica Rosa.

Para os amantes da gastronomia, a UFCSPA oferece também o programa Cinema e Gastronomia, que aborda temas como o da arte de apreciar vinhos, que é apresentado juntamente com o filme *Um Bom Ano, Vida/ Bastidores da Cozinha* associado ao filme *Simplesmente Martha*, Gastronomia através da História, seguido de Vatel.

Espaço cativo para artes visuais e literatura

Pintura, escultura, fotografia. As artes visuais também estão entre os destaques da programação cultural da UFCSPA, que já contou com exposições de artistas consagrados como a gaúcha Zorávia Betiol, cuja obra foi apresentada concomitante à apresentação do filme sobre Simões Lopes Neto, *Contos Gauchescos*, do diretor Henrique de Freitas Lima. “Foi uma apresentação inédita, contando com as duas vertentes: cinema e artes plásticas”, destaca o pró-reitor. Entre os nomes que já tiveram suas obras expostas na Universidade

estão também Danúbio Gonçalves, Caé Braga, Juan Motta, Fernando Pauler, Jander Rama e Paulo Aginski. No circuito de mostras fotográficas, a exposição *Índios do Xingu*, de Ricardo Mörschbacher, foi uma das mais badaladas. Resultado do trabalho realizado pela Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro, a mais recente mostra da UFCSPA pode ser conferida ainda em agosto, no Espaço de Artes.

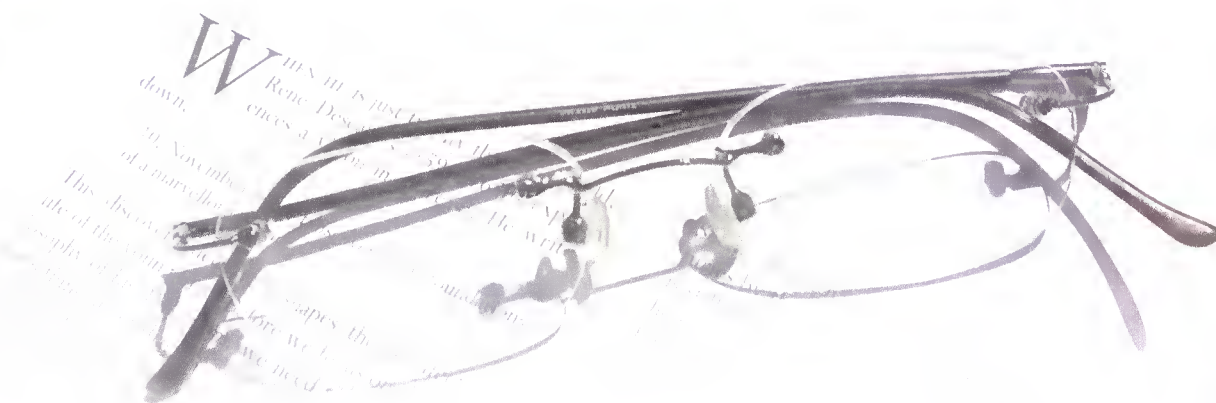
As atividades literárias também costumam atrair grande número de espectadores, graças à proposta da realização de debates e interação sobre obras previamente selecionadas através do projeto Leituras Compartilhadas. Como o nome diz, os leitores se reúnem para compartilhar suas impressões e relacioná-las com sua prática profissional, com a sociedade e com outras experiências. Já fizeram parte da programação *Antes do Baile Verde*, de Lígia Fagundes Telles, e *Mortalha para uma Enfermeira*, de P. D. James. “Temos ainda o Café na UFCSPA com debates em torno de temas envolvendo as ciências humanas e as ciências da saúde, que integram as comunidades interna e externa”, enumera Rosa. Entre as obras que já foram apresentadas, está *A Medicina do Egito Greco-romano Revelada pelos Papiros*, de Marie-Hélène Marganne, associada ao tema História, literatura e medicina. “É difícil para uma universidade que não tem cursos da área de humanidades e artes chamar para si o desafio de manter um programa cultural. Aceitamos esse desafio e tem dado muito certo”, orgulha-se o pró-reitor.

Espaço de educação plena

A proposta de construir uma universidade voltada para a área da saúde, sem esquecer dos aspectos culturais e das ciências humanas, fez com que a direção da UFCSPA criasse o Núcleo de Humanidades, através do qual são oferecidas no currículo disciplinas como Literatura, Sociologia e Filosofia. O pró-reitor de extensão e assuntos comunitários, Luis Henrique Telles da Rosa, destaca que a Universidade não deve ser apenas um local para formação técnica e objetiva, mas, sim, permitir que a educação seja plena. “Entendemos que essa proposta permite que os alunos possam interpretar melhor a doença, visualizando além dela, enxergando todos os vieses que a envolvem”, explica.

Dentro deste olhar de humanização, a UFCSPA criou ainda um projeto de extensão chamado Programa de Línguas Estrangeiras (PLE), cujo objetivo é colaborar com a qualificação do ensino do futuro profissional de todos os cursos de ciências da saúde oferecidos pela Universidade. São disponibilizados estudos de três línguas estrangeiras: francês, inglês e italiano. “O conhecimento linguístico, na UFCSPA, será compartilhado de forma integrada, aproximando também seus aprendizes das questões culturais e identitárias que envolvem cada língua”, pontua Rosa. 🗣️

Chapter Thirteen
René Descartes
Doubling Our Way to Certainty



Toda a razão para Fischer

por Tomaz Tadeu e Sandra Corazza, professores da Faced/Ufrgs

O articulista Luís Augusto Fischer tem toda a razão (ZH, 5/6/2012). Quem ensina (ou quem opina) precisa ter a formação adequada. Assim como quem não estudou teoria educacional não pode ficar por aí dando opiniões ligeiras a torto e a direito sobre educação ou pedagogia. Enfim, quem estudou, “apenas” literatura, talvez não devesse escrever tão livre e facilmente sobre toda e qualquer coisa, com a autoridade de quem adquiriu esses preciosos conhecimentos, com suor e dedicação, no seu “respectivo ambiente original”.

A par disso, o articulista tem toda propriedade naquilo que afirma. Pois, o tipo de intelectual e de professor que a Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) não vem conseguindo produzir – por mais que se esforce, em seus 40 anos de atuação – é essa figura pura de universitário e homem de letras, formado nos ideais da determinação especializada; e, portanto, perfeito representante dos territórios disciplinares, claramente delimitados, como “sociologia, psicologia, história, filosofia, antropologia, até teoria literária”.

Essa figura proeminente, como gostaria a filologia cientista alemã, de *eingefleischte Compendien* (manuais

encarnados) – cuja divisa de objetividade e segurança, em sua missão pedagógica, obtém retumbante sucesso junto ao público culto –, compromete, sem dúvida, não somente a escola, como toda a educação, causando-lhes males irreparáveis; os quais, afirma nosso exegeta exigente, não são nada fáceis de combater, na atual paisagem social.

Aleluias entoemos sob as centenárias arcadas das escolas de Hautes Études, com sua sofisticação e autonomia pioneiras, as quais, elas sim, são boas “para a finalidade de preparar professores”, tal como aquela que o articulista frequentou; por certo, de maneira elevadamente motivada. Afinado com a opinião dominante, o articulista, com rigor par excellence, faz Bingo! ao equiparar a indigência dos salários dos professores, planos de carreira capengas, sindicatos desrespeitados (como o Sindicato dos Professores e Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul / Cpers) e péssimas condições de trabalho à preparação pedagógica fornecida pela Faculdade de Educação.

É que a chave explicativa para esse espírito de renome, protótipo do professor comunicador, consiste no domínio total do conteúdo e da forma do currículo que desenvolve, resultado de forças coletivas; e, claro, devido ao gênio do próprio criador.

Esclarecimentos sobre a passagem para a classe de professor titular

por **Francis Campos Bordas**, assessor jurídico da Adufrgs-Sindical

Depois de muitos anos sem abertura de concursos para preenchimento das vagas de professor titular, a Ufrgs publicou uma série de editais neste sentido. Naturalmente que os professores já integrantes da carreira docente se interessem por esta possibilidade de ascensão funcional.

Em face das respostas enviadas pela Ufrgs e pela Procuradoria-Geral Federal (órgão integrante da Advocacia Geral da União) aos questionamentos feitos pela Adufrgs-Sindical, é possível definir com maior clareza as consequências práticas da posse como professor titular para um professor que já é do quadro. Vejamos um a um os principais aspectos

1) Aprovação em concurso para titular corresponde a posse em novo cargo?

A posição da Administração Federal é clara: sim, o professor que já é do quadro, mudará de cargo ao ser empossado como professor titular.

2) Como fica o cargo anterior?

Em face da enorme diversidade de situações funcionais, é preciso sempre levar em conta que os professores podem acumular cargos públicos (no máximo dois cargos, considerando na conta eventual aposentadoria já existente). Isto torna necessário separar em dois grandes grupos:

2.1 Professores que já poderiam se aposentar e que fazem concurso: este docente poderá se aposentar no cargo atual antes de ser empossado no cargo de professor titular. Evidentemente que a forma como será concedida esta aposentadoria deverá ser objeto de assessoramento jurídico prévio diante das diversas regras de proventos criadas a partir das Emendas Constitucionais editadas a partir de 1998, sobretudo as ECs 20, 41 e 47. Mas, imaginando que o professor tenha direito a uma aposentadoria integral, ele poderá, por exemplo, acumular os proventos de “professor associado” com os vencimentos de “professor titular”. Neste caso, ele poderá inclusive ter uma “segunda aposentadoria”, a qual provavelmente não será com proventos integrais e com paridade, pois estará assumindo este novo vínculo já na vigência das regras atuais que extinguíram esta modalidade.

2.2 Professores que não podem se aposentar e são aprova-

dos em concurso: Teoricamente, se a carga horária permitir, o professor pode ocupar os dois cargos (na prática esta hipótese é praticamente inexistente diante da predominância do regime de Dedicação Exclusiva em novos concursos). Não sendo possível manter os dois cargos, o professor deverá optar pela exoneração ou pela vacância para poder assumir o cargo de Titular. Futuramente, este professor poderá ser aposentar como Titular, como se verá no tópico adiante.

3) Vacância ou exoneração?

A vacância permite ao professor já efetivo que, em caso de reprovação no estágio probatório, possa ser reconduzido ao cargo anterior. Além disso, a vacância não interrompe a contagem de férias ou gratificação natalina, ou seja, mantido o elo com a universidade, ele seguirá normalmente seu calendário de férias e percepção do 13º. A exoneração extingue a relação que aquele ocupante do cargo tinha, ou seja, ao assumir um novo cargo, ele terá que aguardar 12 meses para tirar férias e ganhar a gratificação natalina. Por isso, é recomendável que se peça a vacância.

4) Novo estágio probatório?

Embora a Ufrgs tivesse uma orientação anterior muito mais racional, prevalece atualmente a orientação da PGF no sentido de que em se tratando de posse em novo cargo, é indispensável o estágio probatório. É no mínimo constrangedor que um professor já estável na carreira docente tenha que se submeter a um novo estágio para ser avaliada sua aptidão para seguir fazendo o mesmo. A Adufrgs-Sindical já ingressou com medida judicial visando a dispensa desta exigência aos professores já integrantes da carreira que venham a ser empossados como Titulares.

5) Alteram-se as regras de aposentadoria?

As regras de aposentadoria se dividem entre regras permanentes e regras de transição, sendo que estas últimas se aplicam, em geral, a quem ingressou no serviço público antes de 2003. Em geral as regras de transição são mais vantajosas, pois permitem aposentadorias com proventos equivalentes à última remuneração e com paridade entre ativos e inativos. O que determina qual a regra a ser aplicável é a data do “in-



gresso no serviço público" e não especificamente o momento do ingresso na classe titular. A única consequência direta da posse no "novo cargo" é a necessidade de permanência mínima de 5 anos como titular para poder se aposentar com os proventos desta classe. Logo, o professor que pede vacância como "adjunto ou associado", poderá se aposentar como Titular pelas mesmas regras que projetava. Já o professor que se aposenta no cargo atual e acumula esta aposentadoria com o cargo de Titular, terá esta "segunda aposentadoria" pelas regras novas, pois está iniciando um novo vínculo funcional agora.

6) Decisões judiciais incorporadas: De acordo com as respostas recebidas, as vantagens judiciais que tenham cará-

ter pessoal podem ser mantidas no caso do professor que pedir vacância no cargo atual para assumir como titular. Porém, isto não impede que o pagamento de vantagens judiciais seja questionado por órgãos superiores, como o TCU e MPOG, o que torna difícil garantir que não poderá ocorrer a perda desta vantagem.

7) Anuênios:

Existem pronunciamentos da AGU garantindo a continuidade de anuênios aos professores que pedirem vacância para assumir como titular. Porém, os professores que se aposentarem no cargo atual e assumirem como Titular, não receberão anuênios neste segundo vínculo.

Inscritos primeiros precatórios nas ações de licença-prêmio decorrentes da ação coletiva da Adufrgs

Conforme noticiado em abril deste ano, foi dado início às execuções individuais da decisão da ação coletiva movida pela Adufrgs-Sindical contra a Ufrgs, que garantiu pagamento em dinheiro das licenças-prêmio não utilizadas para abono de permanência ou aposentadoria.

No mês de junho já começaram a ser inscritos os primeiros precatórios para pagamento das indenizações, já que a Ufrgs concordou com os valores apontados pela assessoria jurídica da Adufrgs.

A ação abrange os docentes aposentados a partir de 30 de agosto de 2001 ou que vierem a se aposentar durante o prazo de execução da ação, sócios da Adufrgs, independente da data de filiação.

Os professores que ainda não providenciaram a entrega da documentação para ajuizamento da ação de cobrança ainda podem entregar os documentos que se encontram disponíveis no site da Adufrgs e do escritório Bordas Advogados Associados (www.bordas.adv.br - central de downloads).

A entrega pode ser feita em horário comercial nas sedes da Adufrgs (Cidade Baixa e Campus do Vale) ou diretamente na assessoria jurídica (Bordas Advogados Associados - Praça da Alfândega, nº 12, 10º andar telefone para contato 3228-9997).


O professor que não for sócio pode contratar os serviços do escritório que assessora a Adufrgs-Sindical para o ajuizamento de ação individual, através do site da Bordas Advogados ou do email bordas@bordas.adv.br.




Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br


PREZADO PROFESSOR(A)



Mantenha-se bem informado e saiba tudo que está acontecendo com as comunidades acadêmicas da Ufrgs, UFCSPA e IF-RS e demais instituições de ensino superior do País.



Configure como página de abertura do seu navegador da internet o site **www.adufrgs.org.br** e fique por dentro do que acontece no Movimento Docente Nacional, acompanhando diariamente notícias sobre educação, política salarial, carreira, aposentadoria entre outros temas de interesse da categoria.



Você também pode acessar o programa de rádio "Adufrgs no Ar" e escutar notícias online, bem como abrir informativos, artigos, fotos de eventos e muito mais.

**A Adufrgs-Sindical
quer fazer parte do
seu dia a dia**



Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFCSPA | UFRGS | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

